



CÉSAR GANDHI BARROS TAVARES

Cid@dão 2.0: as mutações da democracia brasileira, os novos contornos da liberdade de expressão e o (re)encontro do espaço público.

Brasília – DF
Dez/2012

CÉSAR GANDHI BARROS TAVARES

Cidadão 2.0: as mutações da democracia brasileira, os novos contornos da liberdade de expressão e o (re)encontro do espaço público.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional no âmbito da pós-graduação de Direito Constitucional da Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

Orientadora: Dra. Julia Maurmann Ximenes

Reprodução parcial permitida desde que citada a fonte.

TAVARES, César Gandhi Barros.

Cidadão 2.0: as mutações da democracia brasileira, os novos contornos da liberdade de expressão e o (re)encontro do espaço público / César Gandhi Barros Tavares. Brasília, 2012.
80 p.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional no âmbito da pós-graduação de Direito Constitucional da Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

Orientadora: Professora Doutora Julia Maurmann Ximenes

1. Liberdade de Expressão. 2. Democracia participativa. 3. Estado Democrático de Direito. 4. Redes Sociais. 5. Tecnologia da Informação. 6. Comunicação e Poder. 7. Empoderamento I. Título.

CDD 341.27

CÉSAR GANDHI BARROS TAVARES

Cidadão 2.0: as mutações da democracia brasileira, os novos contornos da liberdade de expressão e o (re)encontro do espaço público.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional no âmbito da pós-graduação de Direito Constitucional da Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

Data da defesa: 12 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Julia Maurmann Ximenes
Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Profº. Ms. Héctor Luís Cordeiro Vieira
Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Profº. Ms. Danilo Porfírio Castro Vieira
Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Dedico este trabalho a todos os que fazem
desta breve existência uma aventura
incondicional e revolucionária!

AGRADECIMENTOS

A consolidação da maturidade pessoal e profissional demora a se perfazer, pois somos um eterno horizonte em construção. A luta é incessante.

Busquei concluir esta jornada na pós-graduação do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP da forma mais produtiva possível. Penso ter cumprido a meta.

Agradeço aos Professores que, mesmo não sabendo, enriqueceram minha jornada jurídica: Márcio Garcia, Paulo Gonet, Paulo Paiva, Gilmar Mendes, Ivo Gico – apesar da tensão plenamente didática das aulas – Rodrigo Mello e Marco Marrafon.

Não posso esquecer-me dos novos amigos e colegas conquistados, não citando um por um, como forma de não incorrer na injustiça de esquecer algum nome.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Professora Julia Ximenes que, mais que enriquecer minha breve jornada, acompanhou-me com dedicação pela minha pesquisa, sempre disponível e aberta a ensinar-me. A parceria não termina aqui.

Aos meus amigos da vida, sempre firmes e dispostos a esperar o meu retorno do recolhimento para concluir esta pesquisa.

À minha mãe, maior fã e torcedora.

À Iniciativa Erga Omnes, por todo o amadurecimento que vem me possibilitando nesses dois anos pelas inúmeras escolas públicas do DF e por ter consolidado a parceria de titânio com Guilherme Brandão, amigo de sempre.

O mundo começa agora, apenas começamos!

O Titanic somos todos nós, a nossa sociedade triunfalista, cega, autocongratulante, hipócrita, impiedosa com os pobres – uma sociedade em que tudo é previsto, exceto os meios de prever. Todos nós supomos que há um iceberg à nossa espera, escondido em algum lugar no futuro nebuloso, contra o qual nos chocaremos para em seguida afundarmos ao som de música.

Jacques Attali

Esses espaços de comunicação, da circulação e do consumo, esses 'não-lugares', para retomar um termo surgido em 1992, são reservados a usuários individuais e não implicam a criação de relações sociais específicas duráveis. Eles fazem coabitar provisoriamente individualidades, passageiros, passantes.

Marc Augé

RESUMO

Trata-se de trabalho monográfico que objetiva esmiuçar as variáveis que envolvem a tentativa de empoderamento dos sujeitos sociais a partir da internet e, principalmente, das redes sociais. Para tanto, além do contexto histórico de desenvolvimento das tecnologias da informação, busca-se avaliar alguns movimentos internacionais, teoricamente principiados pela *web*, e seus desdobramentos. A análise de importante pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas – FGV fundamenta a análise do caso brasileiro com profundidade, inclusive com o estudo de grupos e de movimentos nacionais com sede no mundo virtual. A principal técnica a ser utilizada para abordar o problema é a pesquisa bibliográfica e documental, dado o caráter teórico-argumentativo do projeto. A forma de abordagem utilizada é a sócio-jurídica, isto porque é preciso estabelecer uma relação do campo do Direito e outras esferas do conhecimento, principalmente, da sociologia e da filosofia, para dar razoável resposta ao problema, o que a ciência jurídica sozinha não alcança. Com o trabalho pretende-se lançar luz sobre a possibilidade de consolidar mecanismos de uma efetiva democracia participativa por intermédio de toda a liberdade de expressão traduzida nas redes sociais, delineando seu alcance. Por certo que a praça pública agora tem sede virtual, o reconhecimento e a discussão do espaço público da atualidade contribuem para revigorar os ânimos de uma efetiva luta por emancipação social.

Palavras-chave: Democracia Participativa. Liberdade de Expressão. Tecnologias da Informação. Redes Sociais. Empoderamento. Emancipação Social. Participação.

ABSTRACT

It's monograph that aims scrutinize the variables involving the attempted empowerment of social subjects from the internet and especially social networks. Therefore, besides the historical context of the development of information technology, we sought to evaluate some international movements, theoretically having started the Web, and its unfolding. Analysis of important survey by the Getulio Vargas Foundation - FGV served to analyze the Brazilian case in depth, including the study of national groups and movements based in the virtual world. The main technique to be used to address the problem is to bibliographic and documentary research, given the theoretical and argumentative character design. The approach used is a socio-legal, because it is necessary to establish the field of law and other spheres of knowledge, especially sociology and philosophy, to provide reasonable response to the problem, which legal science alone can not reaches. With work aims to shed light on the possibility of consolidating mechanisms of effective participatory democracy by the freedom of expression translated in social networks, delineating its scope. Surely the public square now has virtual host, recognition and discussion of current public space contribute to reinvigorate the spirits of an effective struggle for social emancipation.

Keywords: Participatory Democracy. Freedom of Expression. Information Technology. Social Networks. Empowerment. Social emancipation. Participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 Sociedade em rede: narrativas contemporâneas	13
1.1 A Organização das Nações Unidas e a Internet	15
1.2 As novas tecnologias	17
1.3 A nova relação espaço-tempo	25
2. Liberdade de expressão: digite login e senha!	29
2.1 Para além do voto. Notas sobre Democracia Participativa	30
2.2 A longa história da cidadania no Brasil (liberdade de expressão <i>pré-web</i>)	35
2.3 Internet: o novo palco das revoluções?	37
3. Rumo à ciberdemocracia brasileira?	47
3.1 A Internet no Brasil. Inclusão e Exclusão	48
3.2 Mídia social no Brasil. Redes Sociais e a nossa democracia	56
3.3 O Estado Democrático de Direito brasileiro em tempos digitais	67
3.4 O (re)encontro do espaço público. A ágora reconstruída	70
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo novo. Um lugar em que a liberdade de expressão se agiganta a cada dia mais. E, principalmente, um lugar que se reconfigura diuturnamente sob a dinâmica das novas tecnologias da informação, da qual o microcomputador e a internet são os grandes protagonistas.

A velocidade das informações e das transformações tornou-se parte do cotidiano, o nosso mundo, global, transformou-se num mundo em rede¹.

Nesse sentido, as redes sociais adentram o que se pode chamar de existência on-line. Encontra-se no *facebook*, *orkut*, *twitter*, *blogs* possibilidades reais de crítica, de dissenso, de provocação, de participação, inclusive para discussões políticas.

Mas até que ponto esses novos mecanismos empoderam² os sujeitos sociais? Em que medida as redes sociais, como espaços da mais ampla liberdade de expressão, veiculam mecanismos de uma efetiva democracia participativa, no caso brasileiro? Seria um (re)encontro do espaço público?

Posto que “as perguntas dificilmente estão erradas; as respostas é que devem estar”³, cumpre agora testar as variáveis que envolvem o cenário, que possuem contornos múltiplos na realidade estrangeira, para saber se estamos diante de verdadeiras ferramentas democráticas, ou – conforme a hipótese sustentada - de instâncias de criação de mais apatia social, mais crise de representatividade política, mais descrença nas instituições sociais e até mais desigualdade social, posto que estariam sendo abandonados os instrumentos democráticos tradicionais, além do que estaríamos gerando níveis de exercício de cidadania diferenciados, até mesmo quanto à eficácia, dado a percentagem ainda desigual de acesso da população em geral à internet.

¹ A expressão é do sociólogo francês Marc Augé in **Para onde foi o futuro?** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro – Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 34.

² A expressão vem do termo “empoderamento”, cuja formulação se deu na tradição inglesa, como *empowerment*. O desenvolvimento da ideia será retomado a partir da p. 29.

³ A expressão é de Zygmunt Bauman in **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 16.

A pesquisa tem grandes contribuições acadêmicas e sociais, permitindo uma visão mais clara do poder das mídias sociais na concepção de cidadania e no exercício do poder político. A compreensão desse novo indivíduo brasileiro é de interesse para a construção de um novo modelo de espaço público, devendo o Direito compreendê-lo.

No primeiro capítulo, procurou-se apresentar a sociedade em rede, ou seja, os meandros dessas novas tecnologias que estão moldando nossas vidas. A partir de uma narrativa histórica e crítica, da televisão à internet, as características sociais foram analisadas, principalmente as que se relacionam com a liberdade de expressão. O estudo da resolução da Organização das Nações Unidas – ONU que defende a ampliação da liberdade de opinião como um direito fundamental contribui, e muito, para a discussão e a preparação para as análises posteriores.

No segundo capítulo, discutimos a liberdade de expressão mais profundamente, com seus novos contornos, relacionando-a ao exercício da cidadania. Faz-se um resgate histórico da participação popular ao longo dos nossos mais de 500 anos de história para, em seguida, começarmos a análise da capacidade da internet de sediar as novas revoluções. A discussão e o esclarecimento sobre os caracteres do que seja uma democracia participativa também contribui para a formação da crítica necessária, notadamente para a análise feita de importantes movimentos sociais ocorridos ao redor do mundo e, teoricamente, principados na *web*, como o *Occupy Wall Street* e a *Primavera Árabe*.

No derradeiro capítulo, concluímos o estudo sobre a pretensa ciberdemocracia brasileira. A partir de importante estudo feito pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV, analisa-se o mapa da inclusão/exclusão digital no Brasil, com o devido esmiuçamento dos dados, por região, por estado, por município, com um estudo completo. Alguns movimentos com sede virtual também são analisados, como o *Meu Rio* e o *Adote um Distrital*, como forma de entender a participação popular feita nesses ambientes. Além, a análise das ferramentas institucionais da Presidência da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal também auxilia na compreensão dos três níveis de empreendimentos em grupo: compartilhamento, cooperação e ação coletiva, com suas respectivas características.

A análise do Estado Democrático de Direito em tempos digitais autoriza a reflexão sobre o futuro do Estado, do poder, da soberania, do constitucionalismo, da hermenêutica e da democracia. Ao final, uma curta conclamação à retomada da ideia de espaço público político, para a verdadeira emancipação social e reconstrução da ágora.

Não podemos negar: são outros tempos. Estamos vivendo um novo mundo, e precisamos de novo entendimento. A presente pesquisa dá a sua contribuição.

1 Sociedade em rede: narrativas contemporâneas

Durante milênios, construiu-se o ritmo da vida humana em estreita relação com os ritmos da natureza, geralmente com pouco poder de barganha contra as forças naturais hostis. Portanto, parecia razoável acompanhar o fluxo e modelar o ciclo de vida com base numa sociedade em que a maior parte das crianças morria ainda bebê; em que a energia reprodutiva das mulheres tinha de ser usada mais cedo; em que a juventude era efêmera; em que ficar velho era um privilégio tão grande que trazia consigo o respeito devido a uma rara fonte de experiência e sabedoria; e em que as pestes periodicamente devastaram boa parte da população⁴.

Nos dias atuais, o ritmo da vida segue em estreita relação com os ritmos da velocidade da informação, da Internet, do vai-e-vem dos acontecimentos, das múltiplas responsabilidades, do trânsito caótico, do tempo *fast-food*. A juventude já não é mais tão efêmera é, sim, produtora de grandes inovações, basta analisar as grandes mentes do Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos. A rara sabedoria dos idosos é surrupiada por todos os grandes sites de notícias, videoaulas, com todos os recursos multimídia imagináveis.

No início do século passado, caso um ataque terrorista acontecesse no México, talvez os países europeus demorassem 15 dias para receber a notícia. Nos nossos dias, basta a força aérea americana cancelar uma licitação da qual a EMBRAER saíra vencedora, para que, em 15 segundos, as bolsas de valores do mundo todo comecem a oscilar.

A atualidade nos conclama a uma nova relação espaço-tempo. Ao lermos um jornal dominical, possivelmente, teremos, num só ato, mais informações do que nossos antepassados do início do século passado tiveram durante toda a vida. Não podemos nos queixar de falta de informação, de possibilidade de crítica, de avanço no quesito transparências pública e privada.

⁴ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição;/ Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 538.

Nesse sentido, as novas tecnologias têm profunda importância nesse cenário. Elas alteraram fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos e morremos.

Transformamo-nos no que Manuel Castells chama de sociedade em rede. Para o autor,

Rede é um conjunto de nós interconectados. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo⁵.

A rede, tratada pelo sociólogo - ligaduras que surfam na internet – acaba se materializando também na forma como mastigamos todos os valores que são construídos diuturnamente, valores propagados nos livros, num mercado cada vez mais aberto ao que vem de fora (basta ver a velocidade com que obras escritas no exterior recebem publicação em outros países), nos veículos de comunicação na TV, na mídia impressa, nas rádios, criando e esquecendo todos os dias novos artistas, novos intelectuais, novos autoícones, rabiscando um novo sol, até que a chuva o apague e apresente um substituto.

A partir dessas redes o capital é investido por todo o globo e em todos os setores de atividade: informação, negócios de mídia, serviços avançados, produção agrícola, saúde, educação, tecnologia, indústria antiga e nova, transporte, comércio, turismo, cultura, gerenciamento ambiental, bens imobiliários, práticas de guerra e de paz, religião, entretenimento e esporte.

Diante de todo esse contexto, percorramos os meandros das novas tecnologias, começando a caminhada científica.

⁵ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição;/ Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 566.

1.1 A Organização das Nações Unidas e a Internet

O Conselho de Direitos Humanos da ONU – Organização das Nações Unidas - lançou em 2012 a primeira resolução defendendo a necessidade de promoção e proteção da liberdade de expressão e de opinião no ambiente virtual.

O texto, apoiado por 83 Estados, afirma que os direitos que se aplicam de forma tradicional, em particular a liberdade de expressão, devem ser protegidos também na internet, através de qualquer meio e independentemente das fronteiras.

Segundo o texto final, “poucas criações no âmbito das tecnologias da informação tiveram tamanho impacto revolucionário como a criação da Internet”⁶.

A liberdade de expressão e de opinião é tratada como um direito fundamental igualado a diversos outros, como o direito de associação, direito de participar dos benefícios científicos, os direitos políticos e outros.

Há uma conclamação a que os Estados de todo o mundo adotem políticas públicas para ampliação do acesso de seus cidadãos aos mecanismos da Internet, com o mínimo de limitações possível, somente para salvaguardar os direitos de outras pessoas, como o direito à intimidade.

Informando dados sobre a dimensão do acesso das pessoas à Internet em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos, o relatório explicita que a proporção é de 71,6 de usuários para cada grupo de 100, em países desenvolvidos, e de 21,1 usuários para cada 100 habitantes em estados em desenvolvimento, o que revela o grande contraste, e a necessidade de uma força conjunta para a reversão do presente quadro.

Com uma série de recomendações, conclui-se que:

Ao contrário de qualquer outro meio, a Internet permite que indivíduos procurem, recebam e transmitam informações e ideias de todos os tipos, barata e instantaneamente através de fronteiras nacionais. Ao expandir enormemente a capacidade dos indivíduos para desfrutar de seu direito à liberdade de opinião e de

⁶ UNITED NATIONS. General Assembly. Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression**. 16 May 2011. http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. No original: “Very few if any developments in information technologies have had such a revolutionary effect as the creation of the Internet”, p. 06.

expressão, o que é um "facilitador" de outros direitos humanos, a Internet impulsiona o desenvolvimento econômico, social e político, e contribui para o progresso da humanidade como um todo. A este respeito, o Relator Especial encoraja outros titulares de mandatos a se envolverem na questão da Internet. O Relator Especial enfatiza que deve ser tão pequena, quanto possível, a restrição ao fluxo de informação através da Internet, exceto para poucos casos excepcionais, e limitados à prescrição pelo direito internacional dos direitos humanos. Ele também salienta que a garantia plena do direito à liberdade de expressão deve ser a norma, e qualquer limitação deve ser considerada como uma exceção, e que este princípio não deve ser revertido⁷.

Em evento promovido pela Sociedade Interamericana de Imprensa - SIP, a liberdade de imprensa no continente americano e os desafios da indústria midiática no novo milênio estiveram em debate durante a 68ª Assembleia Geral da SIP - encontro internacional que aconteceu na cidade de São Paulo, dos dias 12 a 16 de outubro de 2012.

Conforme informações da sua página da internet, a SIP, fundada em 1926 e atualmente com 1.300 publicações afiliadas, tem como missão "defender e promover a liberdade de imprensa". Entre os palestrantes que estiveram no evento, o CEO do jornal americano *The New York Times*, Arthur Sulzberger, o diretor-fundador do espanhol *El País*, Juan Luis Cebrián, e o editor sênior do *Washington Post* e atual presidente da SIP, Milton Coleman⁸.

Coleman, aliás, em entrevista ao portal G1, chegou a afirmar que:

A internet e as redes sociais têm democratizado o processo de notícias como nunca visto antes. Elas vão liderar a mídia do futuro, especialmente e provavelmente a móvel. Esta expansão é boa para os consumidores de notícias, porque eles aprendem as coisas mais rápido, têm acesso a muitas coisas que não sabiam antes e podem desempenhar um papel mais interativo e inovador - incluindo tornarem-se eles próprios jornalistas⁹.

Embora todo o esforço planetário pelo agigantamento das novas tecnologias da informação, cremos na necessidade de testar as variáveis que circundam esses novos contextos. Não duvidamos de que se trata do começo de uma nova existência e, sem dúvida, o início de uma nova era, a era da informação, marcada pela autonomia da cultura *vis-à-vis* as bases materiais de nossa existência. Entretanto, conforme afirmação de Castells, "este não

⁷ UNITED NATIONS. General Assembly. Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression**. 16 May 2011. http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf.

⁸ Mais informações sobre a SIP disponíveis em: <http://www.sipsaopaulo.com.br/programacao/>. Acesso em 12 de outubro de 2012.

⁹ O portal G1 fez a cobertura do evento. A entrevista completa com Milton Coleman está em <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2012/10/internet-e-redes-sociais-vaoliderar-midia-do-futuro-diz-presidente-da-sip.html>. Acesso em 13 de outubro de 2012.

necessariamente é um momento animador porque, finalmente sozinhos em nosso mundo de humanos, teremos de olhar-nos no espelho da realidade histórica. E talvez não gostemos da imagem refletida”¹⁰.

1.2 As novas tecnologias

Telefone, televisão, microcomputador, aparelhos celulares, internet. Eis as ferramentas que revolucionaram a conexão do *homo sapiens* no globo, agora cada vez mais 2.0¹¹: altamente conectado.

A cultura, pensada como o conjunto de crenças, de valores e de significados que o homem compartilha com seu grupo, foi violentamente modificada pelo advento da sociedade midiática. Nas palavras de Cristina Costa, tal situação:

fez com que povos distantes e diferentes, sob muitos pontos de vista, passassem a dividir um imaginário comum. Essa similitude de experiências e de imagens resultou em um processo vertiginoso de homogeneização cultural que serviu de base ao processo de globalização¹².

Da prensa manual - inventada por Gutemberg, no século XVI - à fotografia, desenvolvida no século XIX, novas formas de fazer cultura foram sendo implementadas. E é com o crescente uso da imagem da comunicação que se concebe uma

linguagem mais abrangente, compreensível e democrática do que o texto escrito, atingindo de forma instantânea a todos, independentemente do nível de alfabetização. Assim, a fotografia, o cinema e a televisão avançam rompendo barreiras que separavam culturas, populações e idiomas¹³.

Com a chegada da televisão no Brasil - há mais de 60 anos -, pode-se dizer que a cultura brasileira começou a ganhar seus contornos da forma como conhecemos hoje. Num

¹⁰ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição/; Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 574.

¹¹ O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web - tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A Folha Online publicou texto explicando o assunto em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

¹² COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 282.

¹³ COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 282.

país tão grandioso, conhecer o que era produzido no Sudeste, por meio de artistas vindos do Nordeste, vistos por pessoas do Norte, gerou identificação, comentário, recriações. O brasileiro passou a viver os dramas das novelas, a receber todos os dias informações de outros lugares do Brasil e do mundo por meio dos telejornais. A informação já começava a circular com mais penetrabilidade.

Com o passar dos tempos, a partir do crescimento da indústria de eletrodomésticos e, principalmente, com a ampliação do mercado consumidor e a abertura para importação das novidades alienígenas, tornaram-se populares os canais por assinatura, tornando possível consumir a cultura do mundo inteiro.

A TV por assinatura contribuiu para a promoção da globalização dos modos de viver. Embora, no Brasil, o número de domicílios com o recurso ainda seja baixo, cerca de 14,5 milhões, as adesões não param de crescer¹⁴.

Com a chegada do celular - incrível avanço em relação telefones fixos residenciais -, e sua disseminação pelo seio social, as formas de contratar, comunicar-se, estar em permanente contato expandiram-se enormemente. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL -, atualmente, temos quase 260 milhões de aparelhos celulares somente no Brasil¹⁵.

Em números brutos, há mais aparelhos celulares que habitantes em solo brasileiro. O quadro a seguir demonstra a teledensidade por unidade da Federação:

	Número de acessos em operação	Densidade (acessos por 100 habitantes)
Brasil	258.861.237	131,56
Distrito Federal	5.929.747	220,24
Goiás	8.746.926	141,77
Mato Grosso	4.423.624	138,86
Mato Grosso do Sul	3.632.969	146,94
Total da Região Centro-Oeste	22.733.266	156,56
Alagoas	3.573.890	108,55
Bahia	16.984.365	112,74
Ceará	10.069.312	114,06

¹⁴ BRASIL. Ministério das Comunicações. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/telecomunicacoes/noticias-telecomunicacoes/25469-brasil-alcanca-14-5-milhoes-de-domicilios-com-tv-por-assinatura>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

¹⁵ BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

	Número de acessos em operação	Densidade (acessos por 100 habitantes)
Maranhão	5.879.154	88,34
Paraíba	4.749.699	121,45
Pernambuco	11.621.343	128,82
Piauí	3.701.306	113,12
Rio Grande do Norte	4.318.677	131,6
Sergipe	2.664.941	126,1
Total da Região Nordeste	63.562.687	114,65
Acre	946.950	128,65
Amapá	935.127	137,84
Amazonas	4.119.463	114,2
Pará	8.647.418	111,21
Rondônia	2.283.665	146,07
Roraima	505.007	110,92
Tocantins	1.799.038	133,13
Total da Região Norte	19.236.668	118,98
Espírito Santo	4.561.310	127,9
Minas Gerais	25.000.278	121,45
Rio de Janeiro	22.871.901	141,93
São Paulo	63.583.563	151,4
Total da Região Sudeste	116.017.052	141,03
Paraná	14.004.074	127,82
Rio Grande do Sul	15.091.357	136,33
Santa Catarina	8.216.133	129,53
Total da Região Sul	37.311.564	131,52

Fonte: Anatel (<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>)

Cumprе ressaltar que a sociedade sempre esteve dividida em grupos díspares formados por pessoas que compartilham as mesmas formas de comportamento, pensamento e atitudes que passam de geração a geração. Nesse sentido, Cristina Costa chega a afirmar que essa situação “permitiu a formação da identidade e da alteridade, o reconhecimento do ‘eu’ e do ‘outro’”¹⁶.

Salienta a mesma autora que:

Na primeira metade do século XX, já se tornara evidente o poder da mídia sobre as pessoas e sobre extensas populações, fazendo com que não só os sociólogos estivessem interessados em seu estado, mas também os poderes públicos, os industriais e os homens de negócios. Percebia-se clara e rapidamente que os meios de comunicação poderiam ser usados de forma planejada não apenas para publicidade e venda de produtos, ou na transmissão de mensagens, mas também na integração da sociedade e na intervenção sobre a motivação e conduta de massas¹⁷.

Mas é com a privatização da internet e sua disseminação, em estreita ligação com a ampliação do mercado consumidor de microcomputadores e, mais recentemente, da

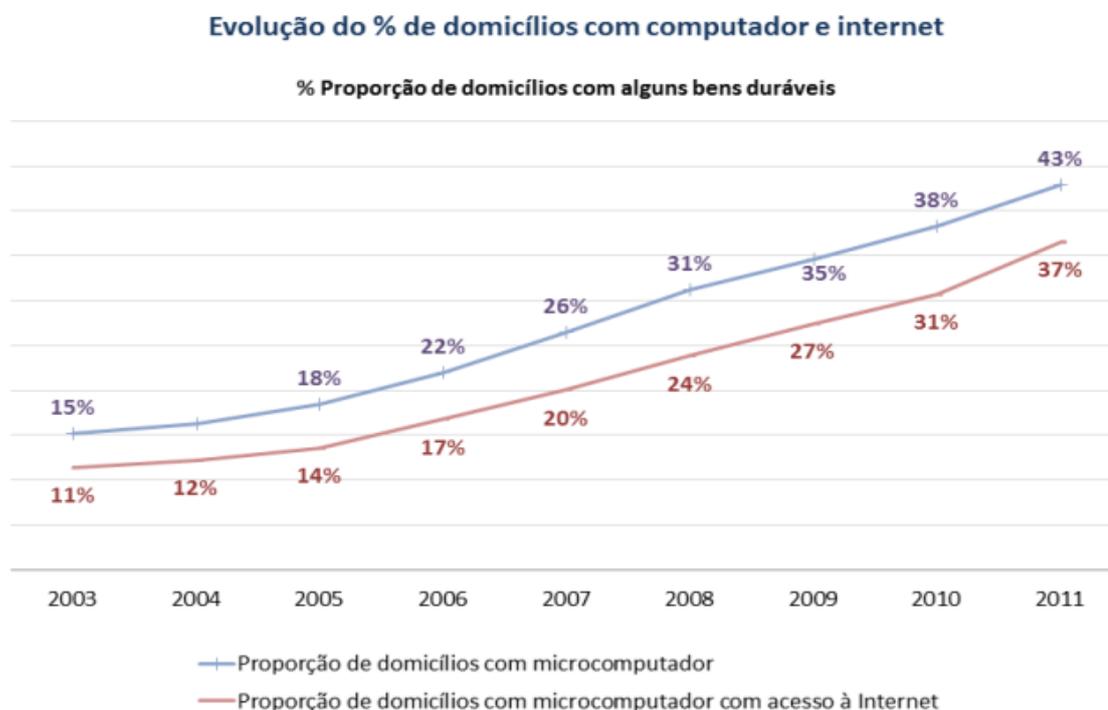
¹⁶ COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 282.

¹⁷ COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 283.

telefonia móvel, ambos nestes primeiros anos do século XXI, que as possibilidades deixaram de ter limites.

A terra prometida da existência e da conectividade globais foi enfim revelada. Um novo sistema nervoso central da sociedade se apresentou.

O gráfico a seguir mostra a evolução do número de domicílios brasileiros com microcomputador e acesso à internet, de 2003 a 2011. Os dados são expressivos:



Fonte: IBGE

De 2007 a 2011, em apenas quatro anos, o número de domicílios com microcomputador com acesso à internet quase dobrou. O computador pessoal deixou, e há muito, de ser artigo de luxo, para ser item de primeira necessidade na vida cotidiana.

O brasileiro tomou gosto pelo futuro. O rádio, grande veículo de comunicação do início do século XIX, nos últimos três anos, teve redução de consumo de -0,6%. Os dados foram divulgados pelo IBGE, recentemente:

De 2009 para 2011, os bens duráveis com maior crescimento foram o microcomputador com acesso à internet (39,8%), microcomputador (29,7%) e telefone celular (26,6%). **O único bem com redução foi o rádio (-0,6%).**

Na população de 10 anos ou mais de idade, 69,1% tinham celular de uso pessoal. No Centro-Oeste, esse percentual chegou a 78,7%. O maior percentual de pessoas com celular estava no grupo etário de 25 a 29 anos (83,1%) e o menor no grupo de 10 a 14 anos (41,9%).

Em 2011, 77,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam ter usado a internet no período de referência de três meses anteriores à data da entrevista, um aumento de 14,7% em relação a 2009. De 2009 para 2011, todas as regiões tiveram crescimento nesse percentual, sendo o maior (17,2%) no Centro-Oeste. **Com exceção dos grupos acima de 40 anos de idade**, todos tiveram percentuais acima de 50%, tendo o grupo de 15 a 17 anos alcançado 74,1% e o de 18 ou 19 anos, 71,8%. Apenas 18,4% das pessoas de 50 anos ou mais de idade usaram a internet no período pesquisado¹⁸. (*grifamos*)

As novas tecnologias estão fomentando o desenvolvimento de espaços sociais de realidade virtual que combinam sociabilidade e experimentação com jogos de interpretação de personagens e a principal delas é a internet. Mesmo com os dados acima explicitando a menor penetrabilidade das novas tecnologias nas faixas etárias acima de 40 anos, as novas gerações de segunda e terceira idades serão altamente conectadas. Afinal, hoje, são elas que impactam e popularizam as ferramentas.

A internet que antes era apenas um canal para a distribuição de informações impessoais, hoje é uma rede de empresas e de tecnologia, concebida em torno de produtos, plataformas e serviços sociais – transformando-se, de uma base de dados impessoal, num cérebro digital global que transmite publicamente nossas relações, intenções e nossos gostos pessoais.

Cumprido assinalar que, embora se conceba a internet a partir dos anos 90, principalmente de 95 para cá, a *web* é uma tecnologia da década de 60, usada pela primeira vez em 1969. Utilizando a narração do sociólogo Manuel Castells,

A internet originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica Darpa) para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicação pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear. De certa forma, foi o equivalente eletrônico das táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha, por um vasto território, para enfrentar o poder de um inimigo versátil e conhecedor do terreno. O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas. Em última análise, a ARPANET, rede estabelecida pelo Departamento de Defesa dos EUA, tornou-se a base de uma rede de comunicação horizontal global composta de milhares de redes de computadores. Essa rede foi apropriada por indivíduos e

¹⁸ BRASIL. IBGE. As informações constam do sítio do Instituto de Estatísticas. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1. Acesso em 15 de setembro de 2012.

grupos no mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos, bem diferentes das preocupações de uma extinta Guerra Fria. Na verdade, foi pela internet que o Subcomandante Marcos, líder dos zapatistas de Chiapas, comunicou-se com o mundo e com a mídia, do interior da floresta Lacandon. E a internet teve papel instrumental no crescimento da seita chinesa Falun Gong, que desafiou o partido comunista da China em 1999, bem com na organização e na difusão do protesto contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, em dezembro de 1999¹⁹.

Diante de tudo o que foi dito, imagine-se qual teria sido o rumo do capitalismo praticado até meados dos anos 90 sem a tecnologia da informação?

Talvez tivesse envelhecido e secado, mas continuado a permear a filosofia do modo de produção. Entretanto, sua realidade teria sido muito limitada no globo de sete bilhões de pessoas. O informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção.

Os modos de produção também constituem liames (nós) da sociedade em rede, de forma que estão sempre se adaptando à nova linguagem.

Cite-se também *Groupon*, *LivingSocial*, *Facebook*, *Google* e tantas outras empresas com mecanismos de lucro bilionários a partir da “existência online”.

E em se tratando do *facebook*, imprescindível a menção às redes sociais, do qual fazem parte também *Twitter*, *LinkedIn*, conceituados por alguns como efetivos mecanismos democráticos, trazendo viabilidades de participação na seara pública para além do voto, além de suas outras ferramentas mais triviais, de entretenimento, apenas.

Andrew Keen, reproduzindo sátira do site americano *The Onion*, sobre o *Facebook*, apresenta-o como uma conspiração da CIA:

Após anos monitorando o público em segredo, ficamos chocados por tantas pessoas anunciarem espontaneamente onde moram, seus pontos de vista religiosos e políticos, fornecerem uma relação alfabética de todos os seus amigos, endereços de emails pessoais, números de telefone, centenas de fotos delas mesmas e até atualizações de status sobre o que estão fazendo minuto a minuto²⁰.

¹⁹ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição;/ Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 44.

²⁰ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 36.

O mesmo autor conclui que “o *Facebook* e sua realidade, são realmente o sonho da CIA transformado em realidade”²¹.

O exposto acima será tratado no capítulo 3, mas não se pode deixar de apontar a visibilidade social alcançada pelas redes sociais. Inegável sua capacidade de conectar pessoas, informar, promover redes de solidariedade, de reencontro. Entretanto, até que ponto essa transparência, ou visibilidade escancarada, nos conduz a um ponto comum, ao desenvolvimento das prerrogativas democráticas, ao empoderamento dos sujeitos sociais? Ainda não é momento de perturbação, mas que fique a fagulha da inquietação.

Não se pode deixar de mencionar também o mundo da política na onda da alta tecnologia. As campanhas eleitorais de todos os países iniciam seus trabalhos criando seus sítios na web. Os políticos fazem suas promessas em suas páginas na internet. Não se precisa dizer muito, para que todos se lembrem de parlamentares que possuem blogs, sites pessoais, contas no *twitter*, *facebook* e outros veículos de comunicação “sem intermediários”. A forma de exercício da vida pública também mudou. A ágora não possui mais sede. A praça pública é virtual, em tese.

Observe-se que muitos órgãos da Administração Pública também possuem sua “existência virtual”, ou ao menos um instrumento de transparência e informação no mundo da internet. Só para citar alguns, tem-se o portal e-Cidadania²² do Senado Federal; o *blog*²³ e o *twitter* da Presidência da República, além do perfil Agência Câmara - no *facebook* - da Câmara dos Deputados e do e-Democracia²⁴.

E nem se fale dos mais de um bilhão de usuários com perfil ativo no *facebook*, rede social de maior sucesso dos últimos tempos²⁵. Em outubro de 2012, segundo fontes da

²¹ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 37.

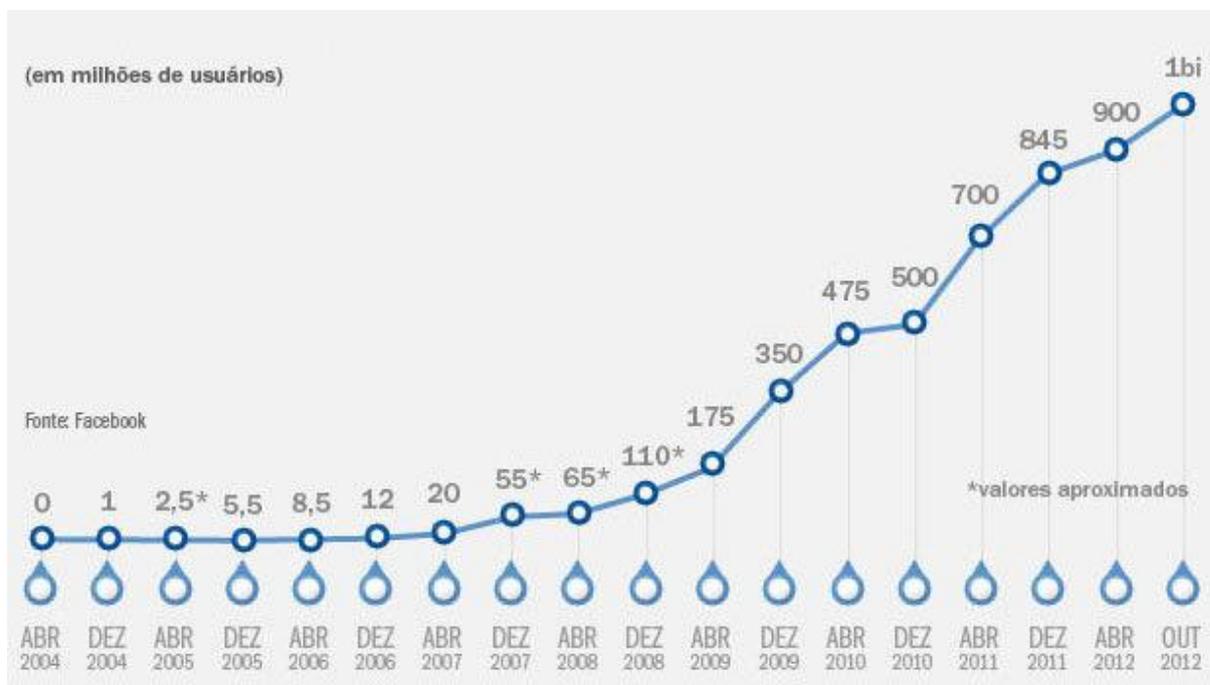
²² Segundo informações disponíveis no sítio, o Portal e-Cidadania “é o espaço institucional *online* de participação política disponibilizado pelo Senado Federal para que o cidadão brasileiro possa colaborar de forma mais direta e efetiva com o processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado”. Mais informações em <http://www12.senado.gov.br/ecidadania>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

²³ O blog da Presidência da República compartilha informações sobre o cotidiano da Presidenta Dilma Rousseff. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/sobre/>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

²⁴ A Câmara dos Deputados possui perfis nas redes sociais. As informações são do próprio site institucional. Acesso em <http://www2.camara.gov.br/participe/redes-sociais>. Quanto ao e-Democracia, trata-se de possibilitar “participação virtual, cidadania real”. Acesso em <http://edemocracia.camara.gov.br/>. Acesso dia 25 de outubro de 2012.

²⁵ Informações no sítio da revista *exame*: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/midias-sociais/2012/07/31/usuario-do-facebook-nao-escolhe-mais-dia-nem-hora/>. Acesso em 18 de setembro de 2012.

própria empresa, o número foi finalmente alcançado. O gráfico a seguir demonstra o crescimento do número de usuários:



Para muitos, o quadro acima não possui significado. Mas, em poucas palavras: quase 15% dos habitantes do planeta estão no *facebook* (ao menos em números brutos). Trata-se de uma super-aldeia, um super banco de dados, uma mega sociedade de internautas (os cidadãos da internet). E, isso, somente em uma rede social.

Cite-se também o fenômeno das teleagências bancárias, das compras online e das universidades à distância. Dissertando sobre o último tema, inclusive, a Professora Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, da PUC/SP, aduz que:

Os ambientes virtuais de colaboração e aprendizagem constituem uma densa rede de inter-relações entre pessoas, práticas, valores, hábitos, crenças e tecnologias em um contexto de aprendizagem, formando uma ecologia da informação. O foco não é a tecnologia em si mesma, mas sim a atividade realizada por meio da tecnologia, caracterizada pela diversidade, contínua evolução e sentido de localidade em um certo contexto em que aspectos socioculturais, afetivos, cognitivos e técnicos coevoluem²⁶.

²⁶ ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas**. Disponível em: <http://www2.ufmg.br/ead/content/download/9702/70543>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

Não se pode negar: trata-se de um novo tempo. E, assim, precisamos de um novo entendimento.

1.3 A nova relação espaço-tempo

O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana. Tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e dos processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica.

As tecnologias da informação, ao empregarem novo sentido à vida em sociedade, vêm transformando drasticamente as relações sociais, essas que se desenvolvem entre os particulares e, principalmente, fora do cenário da àgora.

Mais e mais conectados globalmente, mais e mais distantes localmente. Basta analisar, nas palavras do sociólogo Castells, que:

localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado do novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade²⁷.

Não se pretende aqui demonizar a importância das redes sociais e, mesmo, da internet, mas as transformações oriundas urge reflexão apurada e imediata, com vistas a compreender os novos rumos da sociedade.

Castells, no trecho acima - embora o sociólogo seja um grande entusiasta das possibilidades de crítica, de expressão, de liberdade democrática mesmo, por meio das redes sociais - aponta crítica necessária à mudança fática provocada pela nova relação espaço/tempo. O que é peculiar de cada lugar, os traços próprios, a musicalidade caseira, as

²⁷ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição;/ Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 462.

cores tradicionais dos lugares, recebem a coloração da rede, com seus fluxos próprios, muitas vezes focados num ritmo único, ainda que por pouco tempo.

O que era peça de museu revive. As linguagens esquecidas são revigoradas. De fato, passado, presente e futuro comunicam-se tão intensamente que se chega a assumir uma intemporalidade. O autor chega a afirmar que, “com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade”²⁸.

Essas cidades, ou melhor, seus bairros comerciais, são complexos de produção de valor com base na informação, onde as sedes corporativas e as empresas financeiras avançadas podem encontrar tanto os fornecedores como a mão-de-obra especializada altamente qualificada de que precisam. Sem dúvida, constituem redes produtivas e de gerenciamento, cuja flexibilidade não precisa incorporar trabalhadores e fornecedores, mas ser capaz de acessá-los quando for conveniente e quantas vezes forem necessárias em cada situação específica.

Inúmeras são as empresas sediadas em Nova York, mas com fábricas instaladas na China, com centrais de atendimento na Austrália. A distribuição do espaço integra uma nova visão, cada vez mais sem fronteiras.

A retórica acima serve para o ponto seguinte: as megacidades (São Paulo, Nova York, Buenos Aires etc.) concentram o melhor e o pior. É esta característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana.

Mais e mais precisamos compreender o papel das novas tecnologias da informação, sem esquecermos da necessidade de integração social real, do contato físico, da vida na ágora, do enfrentamento dos espaços públicos. O mero compartilhamento de vídeos engraçados, fotos de mulheres seminuas ou de oportunidades de emprego não consolida o caminho democrático, somente atomizando socialmente o indivíduo, desagregando-o da vida em comunidade, recolhendo-o ao individualismo, desacreditando-o das soluções e desafios da praça pública, do controle social pleno, do empreendimento em grupos organizados de fiscalização da Administração Pública.

²⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição;/ Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 458.

A relação não é direta, mas ao passo que um bilhão de pessoas estão conectadas ao *facebook*, outras um bilhão passam fome do mundo. Ou seja, o mesmo sistema capitalista cujas forças aumentam com as ligaduras da rede, também fomenta a desigualdade. Conectar-se é a onda, mas determinados valores caminham longe de serem robustecidos com um simples *enter*.

A sociedade em rede é também uma rede de distanciamentos. A sociabilidade promovida pelas redes sociais não pode ser concebida como a ideal, pois nossas relações estão sendo transformadas em mercadoria e, mais e mais, entramos em rede porque estamos ocupados, mas acabamos passando mais tempo com a tecnologia e menos uns com os outros.

Marc Augé chega a concluir que

O reino da imagem, reforçado pelo desenvolvimento das redes de comunicação, acentua, a um só tempo, o caráter hiper-real do sistema, para retomar a expressão criada por Umberto Eco, e a crescente indistinção entre real e ficção. Tudo é espetáculo no sistema, mas o acesso ao espetáculo identifica-se com o cúmulo do consumo²⁹.

E aí se apresenta o ponto de tensão desse estudo. É por esse caminho, em que predomina o espetáculo, que iremos constituir nossas relações sociais mais duradouras, notadamente aquelas relativas ao fortalecimento da democracia?

Outro efeito perverso das mídias é o de abolir insensivelmente a fronteira entre o real e a ficção. “Aos poucos surge o sentimento, nos telespectadores, de que o aparecimento na tela é a prova cabal de uma existência de sucesso. Viver intensamente é, no fim das contas, existir no olhar dos outros, tornar-se uma imagem, passar para o outro lado da tela”³⁰.

O próprio Bauman aduz que “a sociedade é uma fuga do medo, mas também é o solo fértil desse medo, e dele se alimenta, é dele a garra com que ela nos detém e extrai sua força”³¹.

Citando Jonas Lehrer, pesquisador de neurociência e psicologia, Andre Keen, argumenta que:

²⁹ AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro – Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 36.

³⁰ AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro – Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 40.

³¹ BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna.** Tradução Alexandre Werneck – Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 27.

O pensamento de grupo é mais disseminado hoje, enquanto lidamos com o excesso de informação disponível e terceirizamos nossas crenças para celebridades, sabichões e amigos do Facebook. Em vez de pensar por conta própria, simplesmente citamos o que já foi citado³².

As ideias desenvolvidas nesse tópico, embora tragam ventos de tempestade à pesquisa, pretendem antecipar o aprofundamento do momento oportuno, no capítulo 3, quando a ciberdemocracia brasileira será exposta.

Sociedade em rede; mais liberdade de opinião; nova relação espaço-tempo. Traçadas as linhas introdutórias e visualizado o novo mundo no qual estamos inseridos, já com a perspectiva de alguns dos problemas, prossigamos na navegação pelos *nós*, analisando os contornos da liberdade de expressão atrelada às novas possibilidades promovidas pelas tecnologias da informação. Digite *login* e senha!

³² KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 60.

2 Liberdade de expressão: digite *login* e senha!

Pois bem, lançado o panorama sobre a sociedade em rede, devemos, neste ponto, adentrar com mais profundidade o objeto desta pesquisa sócio-jurídica.

Será preciso delimitar o poder das redes sociais como instrumentos de participação popular.

Para tanto, precisamos conhecer a profunda relação entre liberdade de expressão e democracia. Durante anos sonogada pelas ditaduras que vigoraram no Brasil, a liberdade de expressão, na atualidade, constitui-se em capa de ouro dos que navegam na rede. Ela pulula no ambiente virtual, em blogs, em redes sociais, gerando confissões, debates, críticas, sugestões.

Em certa medida, então, o ambiente virtual congrega valores democráticos, na medida em que possibilita o acesso amplo e universal a quem quer que seja, independentemente da cor, religião ou qualquer outro elemento distintivo. Todos são chamados a nela estar e participar. Mas em que medida toda essa liberdade nos conduz ao aprimoramento dos caminhos da democracia, ao efetivo **empoderamento**³³ do cidadão? Seria a Internet o novo palco das grandes revoluções?

Em primeiro lugar, para pensar um regime democrático efetivo, é preciso adentrar os campos da democracia participativa, primado do Estado Democrático de Direito inclusivo. A filosofia “para além do voto” tem muito a nos ensinar em termos de participação e de cidadania. De alguma forma, ela nos conclama a uma relação diuturna com os rumos sociais, independentemente do período eleitoral.

A teorização sempre tem o seu lugar, mas é preciso analisar o contexto social no qual estamos inseridos. Nesse sentido, caberá nesse capítulo, ainda, espaço para a análise de

³³ Por **empoderamento**, devemos entender o processo de aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais. É o processo de emancipação do indivíduo, gerando apoio mútuo no seio do grupo e viabilizando engajamento e participação social. Os conceitos são baseados nas lições das Professoras Maria Kleba e Agueda Wandausen *in*: KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

importantes movimentos sociais no mundo - teoricamente principiados na internet, por meio de blogs e redes sociais – e seus desdobramentos na vida real.

2.1 Para além do voto. Notas sobre Democracia Participativa

“A democracia é criadora de um conjunto de oportunidades”³⁴. Oportunidades que precisam ser aproveitadas da forma correta, sob pena de serem apenas oportunidades não usufruídas, em razão do fato de a democracia não constituir o remédio automático para todas as doenças sociais.

Na lição de Amartya Sen,

Os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. A resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar etc.) pode realmente fazer diferença³⁵.

Muito embora, no Brasil e na maior parte do mundo, viva-se experiência de democracia representativa, com diversas nuances, caso a caso, ainda assim a participação da população é fonte de contínua legitimação, principalmente por meio do controle social, hoje tão amplamente possível por intermédio de inúmeros mecanismos na própria internet.

Tratando do assunto, preciso é o ensinamento de Paulo Bonavides:

O povo, fonte de todo o poder legítimo, segundo confissão política dos melhores filósofos e pensadores da liberdade, ainda não legisla diretamente, qual lhe cumpre na práxis e na doutrina. Mais um dia há de fazê-lo, sem a intermediação dos canais representativos. Há, portanto, que ministrar à cidadania, desde já, a lição constitucional dos preceitos que possibilitam e fazem exequível a imediata adoção da democracia participativa. Democracia que é o mais alto grau de legitimação do governo popular em nossa época. Em se tratando de países periféricos, essa legitimação é imperativa para salvá-los da recaída no cativeiro do colonialismo³⁶.

Embora não se possa atribuir soberania ao povo, posto que no Estado Constitucional de Direito,

³⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo – Companhia da Letras: 2000, p. 182.

³⁵ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo – Companhia da Letras: 2000, p. 178.

³⁶ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003, p. 345.

Soberana é a Constituição, por garantir o Estado de Direito, a independência do juiz, a autoridade da lei, a execução das sentenças judiciais, a observância e proteção dos direitos humanos, o primado na norma de direito internacional, o livre e democrático funcionamento dos sistemas sociais, a governança popular e representativa, a supremacia normativa dos princípios³⁷.

É possível dizer que uma nova classe política se desenha: “a do cidadão participe, vocacionado de imediato, para a democracia direta; aquela que entra em substituição dos corpos representativos, cuja privacidade e degenerescência os aliena da vontade popular, até então pedestal de uma legitimidade perdida”³⁸.

Aqui, cabe a ênfase para o ponto que trata da relação entre democracia e redes sociais. Não obstante sejam espaços da mais ampla liberdade de expressão, as redes sociais dificilmente nos conduzem a altos riscos, a uma efetiva ação em grupo – coordenada, com objetivos firmes e atuação própria.

As redes são, isso sim, sensacionais para a difusão de inovações, para a colaboração interdisciplinar, para integrar compradores e vendedores e para as funções logísticas das conquistas amorosas. Mas vínculos fracos raramente conduzem a ativismo de alto risco.

Carecendo de uma estrutura centralizada de liderança e de linhas de autoridade claras, as redes encontram dificuldades reais para chegar a consensos e estabelecer metas. Não conseguem pensar de modo estratégico; são cronicamente propensas a conflitos e erros. “Como fazer escolhas difíceis sobre táticas, estratégias ou orientação filosófica quando todo mundo tem o mesmo poder?”³⁹

Citando Jonas Lehrer, Keen chega a afirmar que:

o pensamento de grupo é mais disseminado hoje, enquanto lidamos com o excesso de informação disponível e terceirizamos nossas crenças para celebridades,

³⁷ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003, p. 343.

³⁸ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003, p. 345.

³⁹ GLADWELL, Malcolm. Folha Online. **A revolução não será tuitada. Os limites do ativismo político nas redes sociais**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1212201004.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

sabichões e amigos do facebook. Em vez de pensar por conta própria, simplesmente citamos o que já foi citado⁴⁰.

Congregar pessoas dentro de uma rede social é fácil. Entretanto, passar do mero **compartilhamento** de informações à **cooperação** exige a subida de muitos degraus. Imagine, assim, passar o compartilhamento até a **ação coletiva**⁴¹: o distanciamento entre os pontos é grande. Conseguimos visualizar as pessoas surfando na rede em busca de informações, paqueras, oportunidades de emprego, viagens. Porém, avançar rumo à ação coletiva parece exigir esforço não desejado pela maioria dos usuários.

De fato, embora continuamente tenham surgido forças sociais distantes do aparato estatal, registre-se que organização, direcionamento e objetivos claros são linhas mestras de uma boa ação, efetiva, factível. Na precisa lição de Keen,

Porém, para a democracia se consolidar em organizações como o “Movimento 15 de Março”, para que 2011 não se torne uma repetição de 1848 – outro ano de revoluções fracassadas contra Estados Autoritários -, os líderes precisam emergir e traduzir o inquestionável poder da mídia social em movimentos estruturados, devidamente financiados, com liderança responsável e uma pauta política viável, que vá além da promessa vaga de libertar a mente das pessoas⁴², p. 82.

É o que se falou alhures sobre ação coletiva, coordenada, conjunta, estruturada.

Mais liberdade individual nas redes, cada um em suas casas, trancafiados dentro de suas respectivas zonas de conforto não parece a face de uma democracia participativa, de indivíduos ávidos por um impulso de cidadania.

Até mesmo porque, conforme lição de Zygmunt Bauman,

O aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas; ou, colocando de outra forma, uma vez que não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões

⁴⁰ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 60.

⁴¹ **Compartilhamento, Cooperação e Ação coletiva** são dimensões do empreendimento em grupo. O compartilhamento seria a atividade que menos exigiria dos participantes. Já a ação coletiva demandaria esforço conjunto, sintonia e objetivos claros, além de dedicação e participação efetivas. Os três níveis estão separados por inúmeros degraus. Os conceitos serão melhor trabalhados a partir da p. 60.

⁴² KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 82.

públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados⁴³.

Tão imersos em diversas obrigações, estamos sempre **parcialmente deslocados**⁴⁴, nunca entregues 100%. Daí a dificuldade em discernir e pensar soluções para os nossos problemas privados, quiçá para os problemas públicos. Aliás, ambos já se confundem, podendo um problema público ser pensado a partir da perspectiva privada, ficando sem solução. A vida em sociedade nos leva a qualquer lugar, numa corrida num deserto de fina camada de gelo, prontos, todos nós, a despencar dentro da água gelada da realidade.

Redes sociais, embora sejam novas ferramentas importantíssimas, são “multibilionárias e visam ao lucro, não são melhores nem piores que bancos comerciais, empresas petrolíferas ou farmacêuticas”⁴⁵. Deve-se ter isso em mente sempre.

Os novos usuários dos palcos da internet, em verdade, aguardam um impulso de cidadania, uma ideia, um princípio, um valor ou uma iniciativa político-pedagógica superlativa e civilizadora, que os converta em povo, tirando-os do esquecimento, da exclusão, do anonimato, da submissão. A democracia participativa há de ser, pois, a solução desse problema⁴⁶. Mas na internet, será?

Na quinta-feira, dia 02 de agosto de 2012, quando do início do “juízo do século”: a análise da Ação Penal 470, o caso mensalão, apenas 05 pessoas protestaram em frente ao Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, trincheiras de famosos e anônimos superlotaram as redes sociais, muitas vezes, comentando ao vivo, os acontecimentos do dia citado⁴⁷.

Conforme Cristina Costa,

⁴³ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 10.

⁴⁴ A expressão é de Zygmunt Bauman *in*: **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 10.

⁴⁵ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 176.

⁴⁶ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003, p. 348.

⁴⁷ Vide mais informações sobre a cobertura do julgamento da Ação Penal 470, do Supremo Tribunal Federal em: <http://www.mancheteonline.com.br/populares-protestam-em-frente-ao-stf-no-primeiro-dia-de-julgamento-do-mensalao/>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

Todas essas conjugações se baseiam em conexões tecnológicas as quais geram um novo princípio de pertencimento muito diferente do nacionalismo, da vizinhança ou do parentesco. **Estar perto, pertencer, participar é conectar-se, é ter senha ou código de acesso**⁴⁸ (grifamos).

E isso se torna perigoso. Pessoas são pessoas e não *logins* e senhas. As redes sociais não podem se tornar a caverna do homem do século XXI. A vida, e todas as possibilidades de transformação, estão aqui do lado de fora. A crítica aqui é quanto ao exagero em torno das redes sociais e toda a sua “potência”. Será que antes da Internet, alguém chegou a imaginar que o futuro das transformações sociais seria feito na televisão?

Mais democracia participativa sim: nas ruas, nas escolas, nas praças. E não estamos falando de protestos populares, simplesmente. Mas sim de controle social, políticas públicas de conscientização da população para o envolvimento nos grupos comunitários, nos inúmeros conselhos públicos, enfim, em agrupamentos que privilegiem efetivos caminhos de melhoria dos espaços públicos e na vigilância da Administração Pública. Comunicação e compartilhamento pelas redes sociais sim. Cooperação e ação coletiva cara a cara, porém.

Nesse sentido, a solução de direito positivo para introdução da democracia participativa se acha na cláusula do parágrafo único do art. 1º da Constituição, onde se estatui que todo o poder emana do povo e este o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos da Carta Magna.

“Acerca desses dispositivos, não há nada a acrescentar. **Mas há tudo a concretizar**⁴⁹”. E há tudo a acrescentar porque vivemos num país de pouca história de participação popular nos grandes acontecimentos sociais.

Se estamos falando da internet e das redes sociais como os novos palcos das revoluções, preliminarmente, caminhemos um pouco pela história desse país a partir da perspectiva da cidadania, ou seja, do envolvimento do povo.

⁴⁸ COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 235.

⁴⁹ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003, p. 346.

2.2 A longa história da cidadania no Brasil (liberdade de expressão *pré-web*)

A história da democracia no Brasil pode ser contada a partir da perspectiva da cidadania e de todos os percalços para a chegada à atual fase constitucional, de amplas liberdades constitucionalizadas, vivida no país.

Em primeiro plano, cumpre ressaltar que “o exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população”⁵⁰. A diversificação de mecanismos para além do voto é o que define uma verdadeira democracia participativa.

A trajetória começa em 1500, embora o Brasil, da forma como concebemos hoje, tenha iniciado a caminhada em 1808, com a chegada da família real portuguesa.

Na lição de José Murilo de Carvalho,

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, **o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora**. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, **não havia cidadãos brasileiros**, nem pátria brasileira⁵¹ (grifamos).

O fator mais negativo para a cidadania na nossa história foi a escravidão. Narra-se que todos possuíam escravos. “O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos”⁵². “No próprio Quilombo dos Palmares havia escravos”⁵³.

Em contraste com a Espanha, de fato, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Os brasileiros que quisessem, e pudessem, seguir curso superior tinham que viajar a Portugal. “Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 8.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 17.

⁵² CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 20.

⁵³ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 48.

Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 150 mil da colônia espanhola, o número é ridículo⁵⁴.”

Observe-se nossa tradição de formação cidadã construída. Até mesmo a independência do Brasil foi relativamente pacífica, em comparação com os outros países da América Latina. “Graças à intermediação da Inglaterra, Portugal aceitou a independência do Brasil mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas⁵⁵.”

Se hoje ainda vigoram feudos políticos, imagine-se àquela época: votar era perigoso. Era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão. José Murilo narra que “a eleição era a oportunidade de ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, uma chapéu novo, uma par de sapatos. No mínimo, uma boa refeição”⁵⁶.

Não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral.

Durante os 21 anos de ditadura militar (1964-1985), a censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado.

O auge da mobilização popular foi a campanha pelas eleições diretas, em 1984. A mobilização popular foi grandiosa, talvez a maior da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas.

Em 1989, houve a primeira eleição direta para Presidente da república, desde 1960, muito embora a escolha não tenha sido a mais acertada, conforme se verificou, mais tarde.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 23.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 27.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 36.

É nesse cenário de carga histórica que as redes sociais, os blogs e tantas outras ferramentas virtuais aterrisam em solo brasileiro para promover a revolução. A questão, entretanto, não aparenta facilidade.

Em primeiro lugar, a organização do Estado não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. “Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado”⁵⁷.

Toda a teorização que se desenvolve acerca do **empoderamento** do cidadão, por meio das redes sociais - possibilitando uma “autêntica” democracia direta -, mais se aproxima da concepção de Estado como inimigo, como instrumento dispensável. E aí cabe frisar que nós somos o Estado, somos nós quem colocamos representantes para comandar o homem artificial. Assim, trata-se de uma guerra contra nós mesmos?

Ter falado da tradição de pouca participação popular não deve ser vista como uma bola de ferro a aprisionar nosso futuro esperançoso. De forma alguma, o passado está a nos ensinar o quão rochoso é e será a caminhada rumo a uma efetiva democracia participativa. O Brasil ainda é muito desigual, com níveis educacionais baixos. Repita-se: redes sociais sim, mas sem a enganação de que são a solução para o crescimento da cidadania no Brasil.

O aprofundamento do exposto acima virá oportunamente. Avancemos aqui para conhecer o que aconteceu e tem acontecido no mundo para fomentar tão enormemente o debate em torno das redes sociais em relação com o tema democracia.

2.3 Internet: o novo palco das revoluções?

Diversos movimentos ao redor do mundo atribuem sua força à organização realizada por meio das redes sociais.

Outros, no caso brasileiro, iniciaram mecanismos de controle social por meio da internet, em blogs e outras redes sociais.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 227.

Zapatismo. 15-M. Primavera Árabe. *Occupy Wall Street*. Islândia e a reforma constitucional pela Internet. Conheçamos a subcutaneidade destes movimentos. Frise-se que os eventos foram escolhidos a partir da ampla divulgação dada a eles pelos canais de comunicação, relacionando-os à internet e, especificamente, às redes sociais.

2.3.1 Zapatismo

Foi uma guerrilha que nasceu no estado de Chiapas, no sul do México. Seu nome é uma homenagem ao revolucionário Emiliano Zapata (1879-1919), que liderou uma luta pela reforma agrária no país no início do século 20.

Em 1994, o surgimento de um movimento guerrilheiro indígena no sul do México provocou um verdadeiro reboiço na mídia ao redor do mundo:

No momento em que muito se falava do “milagre econômico mexicano”, das bondades das políticas neoliberais e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, milhares de indígenas tomavam sete cidades do estado de Chiapas na madrugada do 1 de janeiro e declaravam a guerra ao governo. As propostas inovadoras do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN)¹ e a forma surpreendentemente bem-humorada e articulada de comunicá-las **suscitaram não apenas o interesse da mídia comercial, mas o surgimento de um movimento de mídia alternativa – nacional e internacional – com efeitos duradouros na forma de se pensar os meios de comunicação global**. Ao mesmo tempo, as comunidades zapatistas rebeldes na selva e nas montanhas do sudeste mexicano, que desde então vêm criando sistemas cada vez mais complexos de autonomia como principal eixo da sua proposta revolucionária, **têm desenvolvido audaciosos projetos de comunicação autônoma que incluem rádio, produção audiovisual, comunicações por internet e outros meios**⁵⁸ (grifamos).

A mídia nacional e internacional correu a Chiapas e em breve os zapatistas estavam em TVs e jornais pelo mundo afora. Segundo a RUA,

Os comunicados escritos pelo Subcomandante Insurgente Marcos faziam uma crítica aguda às utopias neoliberais com uma linguagem irônica e bem-humorada, irreverente, cheia de sonoridades do mundo indígena, totalmente distinta dos tradicionais discursos marxistas dos movimentos revolucionários conhecidos até então. Neles se articulava uma proposta igualmente inédita: a criação de um movimento de baixo para cima, sem vanguardas, que não aspirava a tomar o poder, mas à construção de um contra-poder popular, de uma realidade alternativa fundamentada na prática cotidiana da democracia participativa baseada nas

⁵⁸ Informações extraídas de matéria publicada na Universidade Federal de São Carlos, na Revista Universitária do Audiovisual – RUA, **Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista**, datada de 21 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=2538>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

autonomias locais e a vinculação solidária com movimentos sociais autônomos ao redor do mundo⁵⁹.

Ao mesmo tempo, surgiu outro fenômeno inesperado. Movimentos sociais e indivíduos de todo o mundo, entusiasmados com as possibilidades da proposta zapatista, começaram a usar a internet (à época ainda incipiente) como forma de comunicação e de articulação da resistência global. Dalí surgiram experiências duradouras, como a rede de *Indymidia*, um conceito de mídia popular com importante repercussão em grande parte do mundo.

Estes meios de comunicação denunciavam abusos, violações e repressão por parte dos governos, das forças policiais e das grandes empresas, que não receberam cobertura na mídia comercial. Mas também funcionaram como articuladores da resistência e da luta contra os atropelos do capitalismo, compartilhando informações sobre atividades em diversas partes do país e do mundo, análises políticas e novas formas de organização:

A comunicação independente não é, evidentemente, âmbito exclusivo do movimento zapatista. Ela surge da necessidade de informações e pensamento crítico, no contexto do controle cada vez maior da mídia comercial pelos interesses do capital. Romper o cerco informativo da grande mídia, democratizar a informação, criar espaços para a expressão de vozes silenciadas: esses são alguns dos objetivos da crescente rede de mídia alternativa⁶⁰.

2.3.2 Primavera Árabe

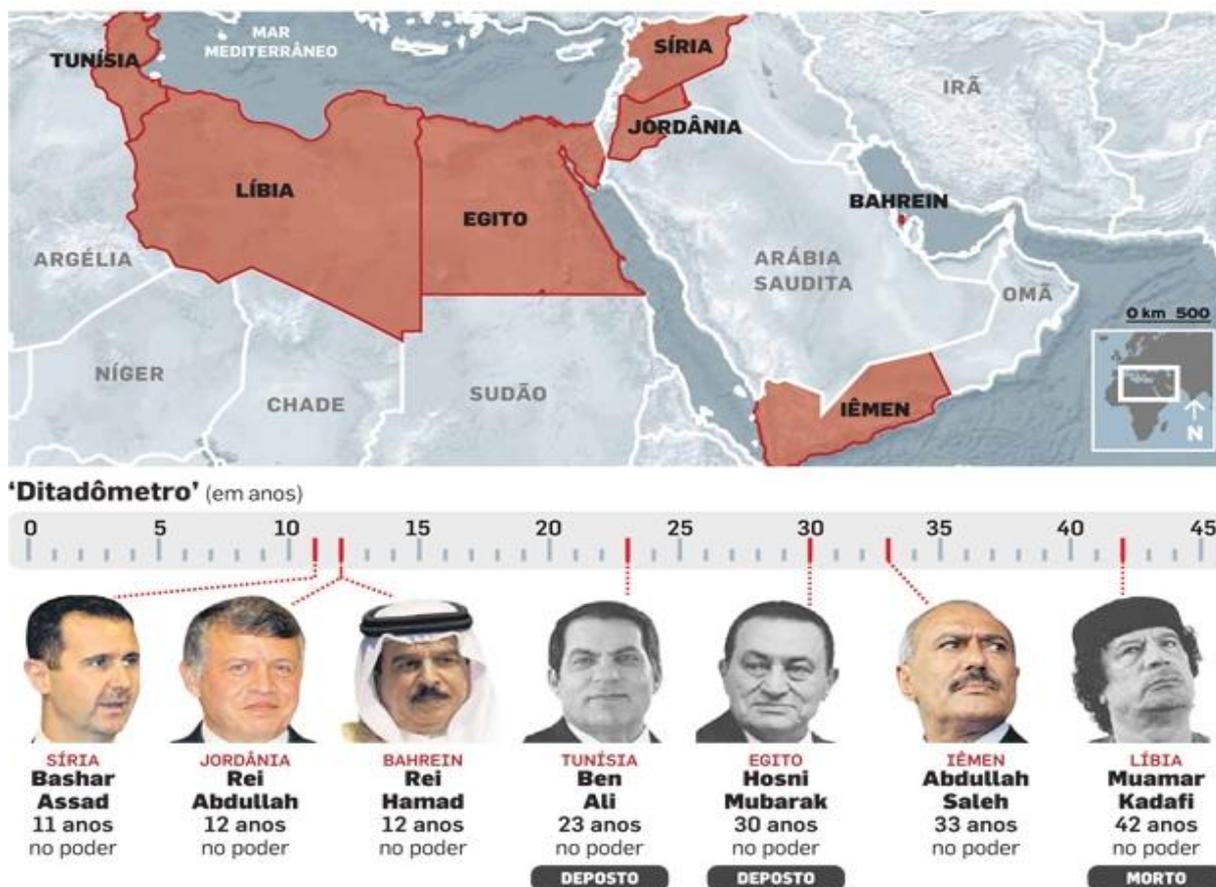
Em dezembro de 2010 um jovem tunisiano, desempregado, ateou fogo ao próprio corpo como manifestação contra as condições de vida no país. Ele não sabia, mas o ato desesperado, que terminou com a própria morte, seria o pontapé inicial do que viria a ser chamado mais tarde de **Primavera Árabe**.

Tratou-se um movimento de intensa participação popular e forte repressão estatal, ainda inacabado, em alguns países do norte da África e outros do Oriente Médio, em que os

⁵⁹ Informações extraídas de matéria publicada na Universidade Federal de São Carlos, na Revista Universitária do Audiovisual – RUA, **Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista**, datada de 21 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=2538>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

⁶⁰ Informações extraídas de matéria publicada na Universidade Federal de São Carlos, na Revista Universitária do Audiovisual – RUA, **Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista**, datada de 21 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=2538>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

cidadãos foram às ruas protestar contra: a violência crescente, os altos índices de desemprego, a corrupção, a falta de liberdade de expressão etc. **As pessoas foram às ruas lutar por democracia.** Em alguns países os ditadores foram derrubados. O quadro a seguir apresenta um panorama da situação:



Segundo matéria veiculada na Internet, analisando a primavera árabe e as redes sociais,

A propagação do movimento conhecido como Primavera Árabe para toda a região do Norte da África e do Oriente Médio não seria teria sido possível sem os recursos e dispositivos proporcionados pelas redes sociais. A conclusão foi tirada de um relatório divulgado pela *Dubai School of Government*, que indica a importância de serviços como Twitter e Facebook na disseminação e fortalecimento das manifestações populares que, em última instância, se espalharam pelo mundo⁶¹.

⁶¹ Mais informações no site Operamundi, no portal UOL. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

A partir do aumento do número de usuários e acessos às redes sociais, começaram a surgir pessoas que se destacavam das demais por conta da frequência com que postavam suas mensagens e pela forma com que descreviam o que acontecia nos protestos.

De acordo com o relatório da *Dubai School of Government*, nove em cada dez tunisianos e egípcios afirmaram ter usado o *facebook* para organizar os protestos e aumentar a participação da população nas manifestações⁶².

Nos outros países em que a Primavera Árabe se fez presente, as redes sociais também mostraram sua força e ajudaram na organização dos protestos. O número de usuários do *facebook* no mundo árabe cresceu de 14,8 milhões para 27,7 milhões no período de um ano, entre fevereiro de 2010 e 2011, também de acordo com o documento.

O uso das redes sociais nas revoltas árabes não ficou restrito apenas à população, geralmente mais jovem, que ia às ruas. Alguns jornalistas que faziam oposição ao regime dos líderes árabes passaram a utilizar as ferramentas com mais frequência e força.

Talvez tenha sido com a Primavera Árabe que a discussão sobre a importância das redes sociais para o fortalecimento da democracia tenha ganhado mais força.

2.3.3 O 15-M

O 15-M foi o movimento dos indignados ocorrido na Europa. As pessoas se apropriaram das ferramentas da internet para questionar as formas de representação política tradicionais e viraram uma voz importante no cenário europeu e mundial ao ir às ruas pedindo mais democracia. Mas os governos europeus fizeram questão de não ouvi-los, fingir que os movimentos de Indignados não existiam e ignorar as novas formas de participação, que não passam pela autoridade formal. Para o grupo, as alternativas não têm mais como não passar pela *internet 2.0*⁶³, com sua horizontalidade que permite a multiplicação dos protagonistas e a democratização da política.

⁶² Reportagem completa no site Operamundi, no portal UOL. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

⁶³ Retomando a explicação, o termo Web 2.0 designa a tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais (vide n. e. nº 11).

A interação entre as redes digitais e a ação nos territórios é parte fundamental da estratégia do 15-M. Uma das mais bem-sucedidas ações do movimento, a ferramenta *Stop Deshaucios* reúne em um mapa wiki (colaborativo) os despejos programados pelo governo, por meio do qual ativistas se reúnem no dia e local para impedi-los – apenas entre os meses de março e abril, 20 famílias foram poupadas de serem desalojadas. A internet também é usada como importante espaço de comunicação, articulação e compartilhamento.

E se redes sociais comerciais como *twitter* e *facebook* são amplamente usadas para a divulgação de informações, sua organização interna passa pelo N-1, uma ferramenta desenvolvida em software livre para movimentos sociais, que permite a criação de blogs, fóruns e listas de discussões sob diferentes graus de privacidade⁶⁴.

2.3.4 Occupy Wall Street

Occupy Wall Street - (Ocupe Wall Street) - é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente, surgiram outros movimentos *Occupy* por todo o mundo. Analisando o movimento, o Nobel americano Joseph Stiglitz afirmou que:

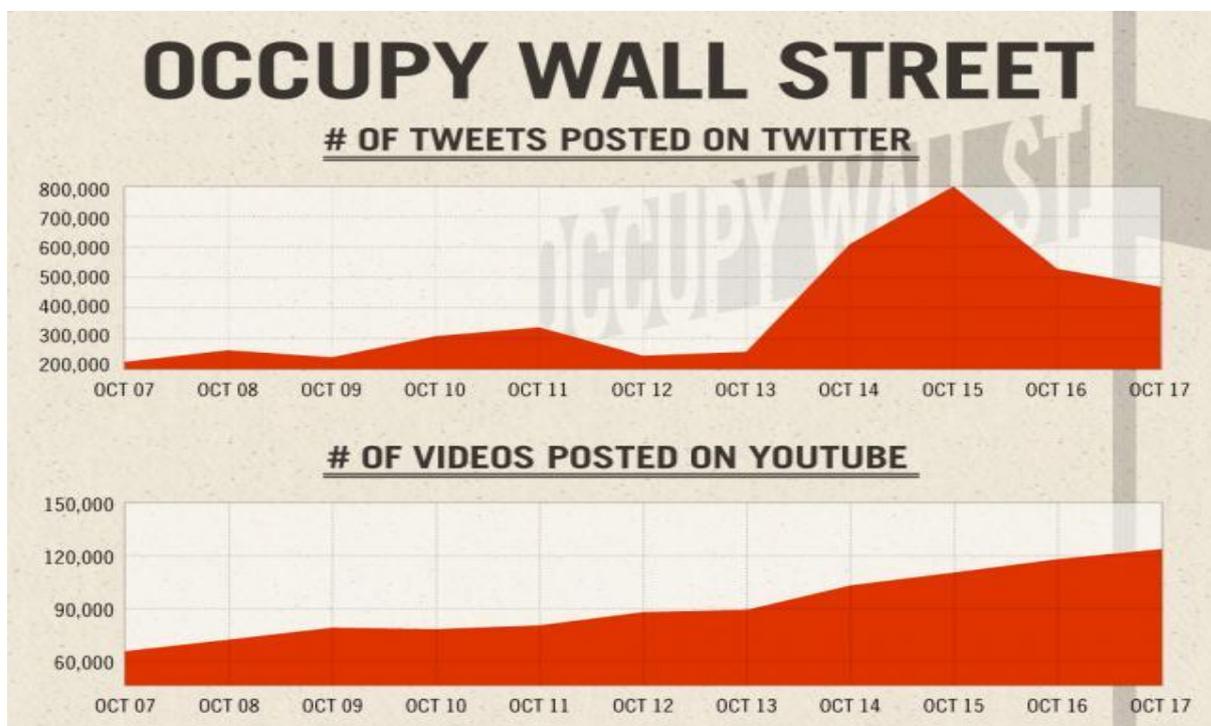
A globalização e as novas tecnologias permitem aos movimentos sociais vencer fronteiras tão rapidamente quanto as ideias. E os protestos sociais encontraram terreno fértil em toda a parte. Um sentimento de que “o sistema” faliu, e a convicção de que, mesmo nas democracias, o processo eleitoral não é suficiente – ao menos, sem forte pressão das ruas. (...)

Os manifestantes têm sido criticados por não terem uma agenda. Mas esta crítica não compreende o sentido dos movimentos. Eles expressam frustração com o processo eleitoral. Eles são um alarme⁶⁵.

⁶⁴ Mais informações disponíveis em: <http://tropicaline.wordpress.com/2012/05/>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

⁶⁵ STIGLITZ, Joseph. **Um Nobel de Economia explica Occupy Wall Street**. Disponível em <http://www.outraspalavras.net/2011/11/08/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

Segundo empresa que monitora redes sociais nos Estados Unidos, o pico de *post* no *twitter* e de vídeos no *Youtube* se deram justamente no período em que as manifestações estavam mais intensas. O quadro a seguir dimensiona o contexto⁶⁶:



Os vídeos postados no Youtube relacionados ao movimento dobraram no dia em que o *Occupy Wall Street* teve início, se compararmos dez dias antes.

Mais um movimento que alavancou a crença em torno das redes sociais.

2.3.5 Islândia e a reforma constitucional

No segundo semestre de 2011, a Islândia deu início ao processo de reerguimento após intensa crise financeira. O passo mais importante foi a reforma da Constituição do país. A novidade foi que a nova Constituição foi discutida por meio das redes sociais.

Segundo notícia divulgada no portal da revista CartaCapital, em julho de 2011,

Com 320 mil habitantes, o equivalente a cidade brasileira de Vitória (ES), e com dois terços dessa população conectada, a discussão para a nova discussão islandesa

⁶⁶ Mais informações e mais gráficos no sítio: <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/not-690-movimentooccupywallstreetnasredessociais.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

se dá através de vídeos do Youtube em tempo real, que mostram os debates do Conselho; fotos no Flickr; pequenas frases no Twitter; no site oficial dos temas (em islandês e em inglês); e no Facebook é que as ideias estão abertas para discussão. Em entrevista à Associated Press, o porta-voz do projeto de revisão constitucional Bernhard Berhildur Morris, disse que é possível registrar a participação da população por todas as redes sociais, “mas principalmente pelo Facebook”. Os trabalhos para a criação da nova constituição começaram a partir de um Fórum Nacional em que 950 islandeses passaram a discutir as leis básicas. Daí, gerou-se um relatório com mais de 700 páginas que está sendo analisado pelo Conselho Constitucional Islandês, composto por 25 pessoas, que recorreram às redes sociais para divulgação e recebimento de sugestões do público⁶⁷.

No dia 20 de outubro de 2012, os islandeses foram às urnas e referendaram a revisão da Constituição do país, aprovando as propostas da comissão que ouviu a população inclusive pela Internet, como ressaltado acima⁶⁸.

Por óbvio que população e território pequenos contribuem para o ato. Pensar em articulações políticas por meio da internet e das redes sociais num país com somente 320 mil habitantes, sendo que 2/3 deles conectados à *web*, torna-se mais fácil.

O fenômeno ocorrido na Islândia, em verdade, demonstra a efetividade que a internet e as redes sociais têm no intuito de informar. Por óbvio que se trata de canais imensamente mais potentes que a TV, o rádio e mesmo o celular, mas o caso figura como tão excepcional que somente confirma a regra: redes sociais são apenas instrumentos, passar do compartilhamento à ação coletiva, principalmente analisando o caso brasileiro, exigirá esforço hercúleo, senão, improvável.

No caso da Primavera Árabe, os países atingidos pelos protestos populares, desde muito tempo, reprimiam a liberdade de expressão do seu povo, tendo as redes sociais contribuído para organizar a população - principalmente os mais jovens - combinar estratégias, acordar formas de abordagem, denunciar abusos à mídia internacional – impedida de fazer a cobertura jornalística em muitos dos países – enfim, as novas ferramentas da internet serviram para criar uma efetiva rede de enlace entre os usuários em prol de um grande objetivo: democracia, a partir do agigantamento do canais de comunicação.

⁶⁷ Reportagem da jornalista Paula Thomaz, para a CartaCapital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-islandia-prepara-nova-constituicao-via-facebook/>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

⁶⁸ Outras informações sobre a aprovação do referendo no sítio: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2838637&seccao=Europa&page=1. Acesso em 15 de novembro de 2012.

Todos os grandes movimentos internacionais acima, em contato com as redes sociais, possuem características próprias, intransponíveis para a realidade brasileira com facilidade.

No caso brasileiro, dentro da nossa dinâmica específica, o potencial das redes ainda se mostra pouco revelador. Não se duvida que a política não se confunde mais com o sistema político tradicional, notadamente a organização em torno dos partidos políticos. O sistema formal sempre privilegiou o voto e, assim, o cidadão foi se distanciando do acompanhamento dos fatos públicos. Crescentes escândalos de corrupção e a crise de representatividade criaram ânimos maiores por uma legitimidade que corte o Estado, expondo-o, dando-se plena transparência. Nesse sentido, as redes sociais, e a internet como um todo, sempre podem agir. Os canais de informação são imensos, ampliando as possibilidades de fiscalização, fulminando-se a ideia romântica de que ao governo cabe a solução de todos os problemas sociais.

As redes sociais testam a capacidade de gerenciamento dos governantes, agora fiscalizados por todos os lados. Nesse sentido, as redes estão nos chamando cada vez mais à nossa responsabilidade como cidadãos – clientes preferenciais da ação estatal.

Nos casos dos “indignados” da Espanha, da “Primavera Árabe”, do *Occupy Wall Street* etc., o que houve foi o escancaramento da revolta popular contra crises financeiras, altos índices de desemprego, ausências de liberdade de expressão e outros. Ou seja, os níveis de vida em sociedade tiveram que chegar ao extremo para que a movimentação popular ocorresse. Mas e o dia a dia? O controle contínuo, para que situações como essas não ocorram? Redes sociais somente para momentos de alta agitação social?

A costura feita até este ponto nos permite adentrar o próximo capítulo. Analisemos todo o contexto narrado nestes dois primeiros capítulos na nossa realidade brasileira. Vamos visualizar a nossa sociedade em rede e suas transformações.

Estar nas redes sociais, tudo bem, mas e depois? Rumo a uma ciberdemocracia participativa? Precisamos conhecer os movimentos virtuais sociais e o controle social principiado na Internet.

A afirmação de Shirky: “qualquer coisa que aumente nossa capacidade de compartilhar, coordenar ou agir aumenta nossa liberdade de perseguir nossos objetivos em conjunto com os outros”⁶⁹ merece o devido esmiuçamento. Avancemos.

⁶⁹ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 105.

3 Rumo à ciberdemocracia brasileira?

Visualizada a sociedade em rede e conhecidos os meandros da liberdade de expressão no cenário da democracia participativa, é o momento de refletirmos se todo esse contexto está nos encaminhando para uma ciberdemocracia - um novo ambiente de participação -, com mais empoderamento dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, em que medida as redes sociais, como espaços da mais ampla liberdade de expressão, veiculam mecanismos de uma efetiva democracia participativa, no caso brasileiro?

De fato, “a revolução não acontece quando a sociedade adota novas tecnologias – acontece quando a sociedade adota novos comportamentos”⁷⁰.

Todas as mudanças na forma de nos comunicarmos conduziram-nos a transformações na sociedade, sociais, culturais, políticas. Visualizamos tais desdobramentos no primeiro capítulo.

O ativista digital Shirky está certo quando afirma que

A sociedade não é apenas o produto de seus membros individuais; é também o produto dos grupos que a constituem. A combinação das relações entre os indivíduos e grupos, entre indivíduos dentro de grupos e entre grupos forma uma rede de assombrosa complexidade⁷¹.

Tal rede de assombrosa complexidade possibilita o que o autor chama de “participação simétrica”:

tão logo as pessoas adquirem a capacidade de receber informação, elas adquirem também a capacidade de enviá-la. **Possuir uma televisão não lhe dá a capacidade de fazer programas de TV, mas possuir um computador significa que você pode tanto receber quanto criar muitos tipos de conteúdo, seja com palavra escrita ou som e imagens.** A produção amadora, o resultado de toda essa nova capacidade, significa que hoje a categoria “consumidor” é mais um comportamento temporário do que uma identidade permanente⁷² (grifamos).

⁷⁰ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 137.

⁷¹ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 18.

⁷² SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 93.

No presente capítulo, o contexto especificamente brasileiro merece o devido desvendamento. Faz-se necessário discutir as especificidades da Internet no Brasil e os dados estatísticos do IBGE e de recente pesquisa da FGV/Fundação Telefônica-Vivo quanto ao acesso da população em geral aos novos mecanismos tecnológicos. Analisar nossa atual democracia requer a discussão do tema, com o acatado embasamento.

A análise de algumas ferramentas ditas democráticas com existência virtual brasileira terá lugar, como forma de viabilizar entendimento mais aprofundado.

Por certo que a globalização tem seus efeitos em vários campos da vida cotidiana, assim, cabível uma breve discussão sobre os novos rumos do Estado Democrático de Direito em tempos digitais.

Por fim, uma conclamação à retomada do espaço público. Considerando que as pessoas vivem cada vez mais distantes da ágora, do espaço público institucionalizado, muito em razão da crise de representatividade por que passa o Brasil, com a visão de Estado como “inimigo”, repressor e ineficiente, a redefinição da nossa democracia merece espaço, para que uma nova caminhada seja iniciada, para a construção de um novo horizonte.

3.1 A Internet no Brasil. Inclusão e Exclusão

A internet no Brasil também é ferramenta protagonista. Embora os contornos de sua utilização no mundo apresentem um colorido mais forte, nós já aprendemos a experimentar e vivenciar o “espetáculo” na rede. Entretanto, alguns dados estatísticos ajudarão a compreender melhor o contexto.

A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Geográficas – IBGE, revelou diversos dados sociais para análise. Segundo a pesquisa,

De 2009 para 2011, os bens duráveis com **maior crescimento foram o microcomputador com acesso à internet (39,8%)**, microcomputador (29,7%) e telefone celular (26,6%). O único bem com redução foi o rádio (-0,6%). **Na população de 10 anos ou mais de idade, 69,1% tinham celular de uso pessoal. No Centro-Oeste, esse percentual chegou a 78,7%.** O maior percentual de pessoas com celular estava no grupo etário de 25 a 29 anos (83,1%) e o menor no grupo de 10 a 14 anos (41,9%).

Em 2011, 77,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam ter usado a internet no período de referência de três meses anteriores à data da entrevista, um aumento de 14,7% em relação a 2009. De 2009 para 2011, todas as regiões tiveram crescimento nesse percentual, sendo o maior (17,2%) no Centro-Oeste. Com exceção dos grupos acima de 40 anos de idade, todos tiveram percentuais acima de 50%, tendo o grupo de 15 a 17 anos alcançado 74,1% e o de 18 ou 19 anos, 71,8%. Apenas 18,4% das pessoas de 50 anos ou mais de idade usaram a internet no período pesquisado⁷³ (grifamos).

Apesar da profunda desigualdade que assola o país, as novas tecnologias estão cada vez mais disponíveis para acesso da população, embora as condições de acesso à internet e, mesmo, ao computador pessoal apresentem diferenças imensas de acordo com a região do Brasil.

Aliás, sobre o tema inclusão digital, importante pesquisa foi desenvolvida pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV, com apoio da Fundação Telefônica-Vivo⁷⁴. O estudo buscou mapear as diversas formas de acesso à tecnologia digital, sua qualidade, seu uso e seus retornos, proporcionando uma perspectiva de atuação integrada com outras ações cujas bússolas estão apontadas para o norte do desenvolvimento inclusivo sustentável.

Segundo a publicação, o Brasil está exatamente na média mundial de acesso à Internet, em 63º lugar. Comparado aos demais Brics⁷⁵, superamos a África do Sul (108º) e Índia (128º), mas ficamos atrás da Rússia (46º). Não há informações para a China⁷⁶.

Os líderes do ranking mundial de inclusão digital são os países nórdicos como Suécia (97%), Islândia (94%), Dinamarca (92%) e Holanda (91%).

Sobre a conectividade caseira, a pesquisa revela que o acesso cai conforme a idade, mas a taxas decrescentes:

⁷³ BRASIL. IBGE. As informações constam do sítio do Instituto de Estatísticas. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1. Acesso em 10 de novembro de 2012.

⁷⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

⁷⁵ Grupo de países em desenvolvimento que despontam no cenário econômico mundial. Além do Brasil, fazem parte: Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁷⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 16.

Por exemplo, na conectividade caseira sobe 22,8% dos 40 anos para os 20 anos e **cai 47,6% dos 40 anos para os 60 anos**. Já o acesso a computador sobe 20,56% dos 40 anos para os 20 anos e cai 45,48% dos 40 anos para os 60 anos. Em suma, os efeitos idade são um pouco mais pronunciados na conectividade caseira do que na posse de computadores em geral⁷⁷.

Quando a pesquisa sobre a conectividade voltou-se para a questão densidade demográfica, constatou-se que as probabilidades de conectividade caseira são muito sensíveis,

caindo 76,5% quando deslocamos uma pessoa com as mesmas características das grandes cidades para áreas rurais, onde seu valor de uso é maior pela possibilidade de aproximar as pessoas em comunidades mais isoladas das comodidades urbanas. O acesso a computador sofre queda de 75%. Na comparação do Brasil com outros países, temos de levar em conta a alta urbanização brasileira e latino-americana vis a vis a de outros países em desenvolvimento como os asiáticos e africanos⁷⁸ (grifamos).

A pesquisa da FGV também apresentou um mapa regional da inclusão digital. Observou-se entre os estados da federação uma desigualdade muito expressiva de acesso. Dividindo os rankings de acesso em duas partes:

- Na primeira, antes da 11ª posição, enxergam-se todos os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que estão liderados pelo Distrito Federal, local onde **66,48% da população têm computador em casa e 58,69% estão conectados à rede**.
- Na segunda parte deste mesmo ranking, encontramos os estados do Norte e Nordeste, sendo Maranhão o menos conectado (**15,16% da população com computador e 10,98% com internet**). A tabela abaixo simplifica o entendimento:

Ranking do Acesso por Unidades da Federação Computador e Internet no Domicílio (%)

Computador			Computador com Internet		
1	<i>Distrito Federal</i>	66.48	1	<i>Distrito Federal</i>	58.69
2	<i>São Paulo</i>	56.9	2	<i>São Paulo</i>	48.22
3	<i>Santa Catarina</i>	54.03	3	<i>Rio de Janeiro</i>	43.91
4	<i>Rio de Janeiro</i>	52.82	4	<i>Santa Catarina</i>	41.66
5	<i>Paraná</i>	48.96	5	<i>Paraná</i>	38.71
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	48.14	6	<i>Rio Grande do Sul</i>	36.76
7	<i>Espírito Santo</i>	44.44	7	<i>Espírito Santo</i>	36.73
8	<i>Minas Gerais</i>	41.62	8	<i>Minas Gerais</i>	32.64
9	<i>Mato Grosso do Sul</i>	38.42	9	<i>Mato Grosso do Sul</i>	30.72

⁷⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 21.

⁷⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 21.

Computador			Computador com Internet		
10	Goiás	37.31	10	Mato Grosso	28.92
11	Mato Grosso	37	11	Goiás	28.9
12	Rondônia	31.67	12	Rondônia	24.88
13	Amapá	28.64	13	Rio Grande do Norte	22.07
14	Roraima	28.5	14	Bahia	21.3
15	Amazonas	27.95	15	Pernambuco	21.28
16	Rio Grande do Norte	27.9	16	Sergipe	21.27
17	Sergipe	27.28	17	Acre	21.13
18	Acre	26.93	18	Paraíba	19.45
19	Pernambuco	26.37	19	Roraima	18.94
20	Bahia	25.62	20	Amapá	18.01
21	Paraíba	24.04	21	Amazonas	17.53
22	Tocantins	23.74	22	Alagoas	17.42
23	Alagoas	22.18	23	Tocantins	17.21
24	Ceará	21.01	24	Ceará	16.25
25	Pará	20.53	25	Pará	13.75
26	Piauí	17.39	26	Piauí	12.87
27	Maranhão	15.16	27	Maranhão	10.98

Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Censo/IBGE

Ressalte-se a expressividade da desigualdade digital brasileira. Ao passo que no DF quase 67% da população tem computador em casa, somente 15% da população maranhense possui computador pessoal e somente 10,98% com acesso à Internet. O desafio de integração social é grande.

A pesquisa por municípios também traz dados interessantes:

Os dados municipais revelam que São Caetano do Sul, em São Paulo, é o lugar que apresenta maior acesso a computador e internet em casa (**77,62% possuem computador e 74,07% estão conectados à rede**). Em seguida, temos Vitória, Santos, Florianópolis e Niterói, que estão incluídos, não por coincidência, entre as cinco cidades mais classe AB do país (em ordem diversa entre elas). Em contrapartida, São Lourenço do Piauí é onde observamos a menor taxa de acesso a computador (0,43%). **Quanto à internet, dos 20 menos, 18 municípios possuem acesso nulo (0%)**⁷⁹ (grifamos).

As tabelas a seguir traduzem melhor o contexto⁸⁰:

Ranking do Acesso por Municípios – Os 20 MAIS Computador e Internet no Domicílio (%)

UF	Posição		Computador	UF	Posição		Computador Com Internet
SP	1	São Caetano do Sul	77.62	SP	1	São Caetano do Sul	74.07
SC	2	Florianópolis	75.47	ES	2	Vitória	68.41
ES	3	Vitória	73.88	SP	3	Santos	67.83
SP	4	Santos	72.38	SC	4	Florianópolis	67.67
PR	5	Curitiba	71.64	RJ	5	Niterói	62.72

⁷⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 24.

⁸⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 24-25.

UF	Posição	Computador	UF	Posição	Computador Com Internet		
SP	6	Valinhos	70.86	PR	6	Curitiba	62.71
SC	7	São José	70.49	SP	7	Santo André	61.40
SC	8	Balneário Camboriú	70.10	SC	8	São José	60.57
RJ	9	Niterói	69.20	SP	9	Valinhos	60.24
PR	10	Maringá	69.18	SP	10	Americana	60.05
SP	11	Santo André	68.34	SC	11	Balneário Camboriú	59.65
SP	12	Vinhedo	67.42	MG	12	Belo Horizonte	59.39
MG	13	Belo Horizonte	67.17	DF	13	Brasília	58.69
SP	14	Americana	67.07	PR	14	Maringá	58.58
SP	15	Campinas	66.95	RS	15	Porto Alegre	58.47
RS	16	Porto Alegre	66.89	SP	16	São Bernardo do Campo	58.36
SC	17	Blumenau	66.70	SP	17	Campinas	58.15
SP	18	São Bernardo do Campo	66.51	SP	18	Águas de São Pedro	57.78
DF	19	Brasília	66.48	SP	19	São Paulo	57.25
SP	20	Águas de São Pedro	66.37	ES	20	Vila Velha	56.80

Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Censo/IBGE

Ranking do Acesso por Municípios – Os 20 MENOS Computador e Internet no Domicílio (%)

UF	Posição	Computador	UF	Posição	Computador Com Internet		
PI	5565	São Lourenço do Piauí	0.43	PI	5565	São Lourenço do Piauí	0.00
PA	5564	São João da Ponta	0.68	PA	5564	São João da Ponta	0.00
PA	5563	Chaves	0.69	PA	5563	Chaves	0.00
PI	5562	Campo Largo do Piauí	0.71	PI	5562	Aroeiras do Itaim	0.00
PI	5561	Aroeiras do Itaim	0.77	MA	5561	Santo Amaro do Maranhão	0.00
MA	5560	Primeira Cruz	0.81	PI	5560	Paquetá	0.00
MA	5559	Santo Amaro do Maranhão	0.98	PI	5559	Currais	0.00
PI	5558	São Miguel do Fidalgo	1.07	PI	5558	Coronel José Dias	0.00
PI	5557	Caraúbas do Piauí	1.10	MA	5557	São Félix de Balsas	0.00
MA	5556	São João do Soter	1.23	PI	5556	Pavussu	0.00
PI	5555	Paquetá	1.39	PI	5555	Caxingó	0.00
PI	5554	Currais	1.39	MA	5554	Paulino Neves	0.00
MA	5553	Santa Filomena do Maranhão	1.41	MA	5553	São Roberto	0.00
MA	5552	Fernando Falcão	1.42	MA	5552	Cachoeira Grande	0.00
MA	5551	Humberto de Campos	1.44	MA	5551	Feira Nova do Maranhão	0.00
PI	5550	São Luís do Piauí	1.45	PA	5550	Gurupá	0.00
PI	5549	Coronel José Dias	1.46	AP	5549	Pracuúba	0.00
PI	5548	Nossa Senhora dos Remédios	1.58	PI	5548	Antônio Almeida	0.00
MA	5547	Satubinha	1.60	MA	5547	São João do Soter	0.08
PI	5546	Boa Hora	1.67	MA	5546	Santa Filomena do Maranhão	0.08

Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Censo/IBGE

Pela tabela acima, denota-se que entre os 20 municípios menos conectados, figuram somente cidades da região Nordeste: dos Estados do Maranhão e do Piauí. Mais um dado expressivo da desigualdade entre as regiões do país.

Focando no público-alvo, a pesquisa verificou que a ação de inclusão digital terá maior retorno social e privado centrando nos pobres que dispõem de oportunidades ainda não aproveitadas por falta de acesso à tecnologia digital:

Talvez a melhor forma de combater o *apartheid digital* no longo prazo é investir diretamente nos alunos para que possam ter acesso desde cedo às novas tecnologias. **Dos que frequentam escola, 33,51% possuem computadores ligados à internet.** Ou seja está sobreposta a média geral nacional e como vimos mundial. Observamos alto grau de desigualdade no acesso domiciliar à rede mundial de computadores entre alunos de diferentes Unidades da Federação, que vão desde 9,59% no Maranhão a 60,75% no Distrito Federal. Ou seja, os mesmos ocupantes do ranking nacional geral⁸¹.

No tocante ao uso da internet, dois Estados da Região Sul do país lideram o ranking⁸²:

Acesso por Capitais - Rankings de Utilização (últimos 3 meses)

Ranking Mais Capitais			Ranking Menos Capitais		
1	Florianópolis - SC	61.65%	27	Maceió - AL	34.23%
2	Curitiba - PR	59.98%	26	Macapá - AP	39.06%
3	Palmas - TO	59.70%	25	Manaus - AM	40.08%
4	Brasília - DF	56.23%	24	Recife - PE	41.45%
5	Porto Alegre - RS	55.89%	23	São Luís - MA	41.59%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. PNAD/IBGE

A pesquisa também analisou os motivos principais de as pessoas não acessarem a internet, trazendo dados importantes⁸³:

Principal motivo pelo qual não utilizou a Internet nos últimos 3 meses

Não achava necessário ou não quis	33,14%
Não sabia utilizar a Internet	31,45%
Não tinha acesso a microcomputador	29,79%
O custo de um microcomputador era alto	1,76%
Outro motivo	1,52%
O custo de utilização da Internet era alto	0,40%
O microcomputador que usa em outro local não estava conectado à Internet	0,31%
<i>Total</i>	100%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplemento PNAD/IBGE

O principal motivo para a falta de uso da internet é a falta de necessidade ou de interesse, abarcando 33,1% dos sem internet. Aqueles que não sabiam utilizar a internet, ou

⁸¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 27.

⁸² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 30.

⁸³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 32.

seja, por falta de conhecimento, representam a segunda força de motivos, com 31,4% dos excluídos. Isto significa que quase dois terços das pessoas em idade de uso da rede não o fazem por falta de demanda intrínseca, seja pela falta de interesse ou de conhecimento.

No que se refere aos locais de acesso e qualidade de uso domiciliar, a pesquisa revelou que 46,92% dos usuários da rede o fizeram **em casa por banda larga**, a principal via. Depois de casa vem *lanhouses* (35%), trabalho (31%) e escolas (17%)⁸⁴.

Local/Qualidade em que utilizou a Internet nos últimos 3 meses

Próprio Domicílio por <i>banda larga</i>	46,92%
Local público de acesso pago	35,11%
Trabalho	31,03%
Domicílio de outros parentes, amigos ou outro	19,71%
Estabelecimento escolar	17,50%
Domicílio por <i>acesso discado</i>	11,24%
Local público de acesso gratuito	5,52%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. PNAD/IBGE

Mesmo sendo a regra o acesso em casa, por banda larga, expressiva é a porcentagem de pessoas que utilizam as *lanhouses* para acesso à internet, 35% dos que acessaram a *web* nos últimos três meses da realização da pesquisa.

Vitória (80,6%) e Florianópolis (77%) são líderes das capitais da banda larga e da classe A. Florianópolis oferece o maior acesso em locais públicos gratuitos, com 10,5%. Boa Vista e Macapá lideram o acesso domiciliar discado. Macapá também lidera nas escolas e nas *lan houses*. As líderes no local de trabalho são as capitais da região Sul.

Locais de Acesso por Capitais Rankings de Utilização (últimos 3 meses)⁸⁵

Próprio Domicílio por banda larga					
Ranking Mais Capitais			Ranking Menos Capitais		
1	Vitória – ES	80.55%	27	Boa Vista - RR	0.36%
2	Florianópolis – SC	76.99%	26	Macapá - AP	1.69%
3	Brasília – DF	73.59%	25	Manaus - AM	22.93%
4	Curitiba – PR	71.29%	24	São Luís - MA	34.30%
5	Porto Alegre – RS	68.28%	23	Natal - RN	34.35%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. PNAD/IBGE

⁸⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 37.

⁸⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012, p. 38.

Próprio Domicílio por acesso discado

Ranking Mais Capitais			Ranking Menos Capitais		
1	Boa Vista - RR	35.41%	27	Palmas - TO	0.50%
2	Macapá - AP	21.97%	26	Goiânia - GO	1.97%
3	Manaus - AM	21.55%	25	Brasília - DF	2.45%
4	Rio de Janeiro - RJ	17.94%	24	Rio Branco - AC	3.36%
5	Aracaju - SE	14.97%	23	Cuiabá - MT	3.42%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. PNAD/IBGE

Centro público de acesso pago

Ranking Mais Capitais			Ranking Menos Capitais		
1	Macapá - AP	76.62%	27	Vitória - ES	11.51%
2	Manaus - AM	59.73%	26	Florianópolis - SC	19.60%
3	São Luís - MA	56.39%	25	Belo Horizonte - MG	20.84%
4	Boa Vista - RR	52.31%	24	Curitiba - PR	21.00%
5	Teresina - PI	51.86%	23	Porto Alegre - RS	21.73%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. PNAD/IBGE

A inovação introduz incentivos para se enfatizar menos ações de utilização individual em domicílios e estabelecimentos em prol de escolas e centros comunitários. Estes representam um canal privilegiado para criação de oportunidades de geração de renda e cidadania em plena era do conhecimento.

Todos os dados apresentados acima estão a comprovar a hipótese de que pensar em ampliar os mecanismos de uma efetiva democracia participativa utilizando as ferramentas das redes sociais e da internet como um todo seria excluir a maior parcela da população ainda sem acesso ao computador e, principalmente, à internet. Seria gerar um novo tipo de exclusão social, ampliando os efeitos da exclusão digital.

Frise-se que somente 4 dos 26 Estados mais o DF, têm mais de 40% da população conectada ao mundo virtual, havendo municípios ainda com acesso nulo.

E ter acesso à internet não necessariamente significa imbuir-se de espírito de cooperação, de envolvimento em algum tipo de controle social ou outro tipo de movimento de protesto/ação em busca de mais transparência na administração pública, ou outra bandeira. Por vezes, as pessoas estão em busca de oportunidades de emprego, lazer etc.

Sair do mero **compartilhamento** de informações na *web*, para algum tipo de **cooperação**, chegando-se a uma efetiva **ação coletiva** requer esforço grandioso, estando esses

três momentos separados por espaços consideráveis, trazendo mais complexidade ao processo de emancipação, de empoderamento do cidadão concebido a partir, ou com o auxílio, da *web*.

Diante do mapa da inclusão digital detalhado nas páginas anteriores, fica também a necessidade de adoção de políticas públicas de imediata inclusão, principalmente em centros públicos, escolas e outros que permitam acesso ao maior número de pessoas, assunto que transborda o objetivo desta pesquisa, mas que deve permear nossas perspectivas enquanto membros da comunidade.

Frise-se que o objetivo desta pesquisa não é demonizar as redes sociais. Muito pelo contrário, não nos furtamos a engrandecer o papel de comunicação das novas ferramentas tecnológicas, com seu poder de interligar pessoas do mundo todo. Entretanto, é preciso conhecer as variáveis que envolvem esse novo cenário comunicacional, seus meandros e sua efetiva capacidade de emancipação dos sujeitos sociais.

3.2 Mídia social no Brasil. Redes Sociais e a nossa democracia

No capítulo anterior, foram apresentados e discutidos alguns movimentos sociais ocorridos ao redor do mundo, teoricamente, principados pela internet/redes sociais. A realidade online brasileira também está recheada de grupos, de iniciativas e de movimentos com sede no mundo virtual, embora não especificamente redes sociais⁸⁶, mas ferramentas com algum tipo de interação social.

A escolha das ferramentas abaixo se deu em razão da crescente popularidade que elas vêm ganhando, notadamente em razão da publicidade na TV e em portais da própria internet. Já os mecanismos institucionais foram escolhidos por serem as vias utilizadas pelos Poderes Legislativo e Executivo federais, já há algum tempo em funcionamento. A análise circunda os canais de participação ampliada que os mecanismos abaixo proporcionam.

⁸⁶ Redes sociais possibilitam mecanismos de compartilhamento com mais liberdade. As pessoas postam de fotos pessoais a convites, poesias, podem conversar online etc. *Twitter* e *Facebook* são os exemplos mais populares. Para a análise neste subtítulo foram escolhidas ferramentas desenvolvidas a partir da *web* e que objetivam trazer maiores insumos para ampliar as possibilidades de participação popular.

3.2.1 Movimento Meu Rio⁸⁷

O grupo é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e que não recebe incentivos do Estado. O movimento é financiado a partir da doação de pessoas físicas e jurídicas.

O *Meu Rio* é um laboratório de novas interfaces de participação cívica que une a tecnologia à mobilização da sociedade para aproximar os cariocas da política. A missão é “construir uma nova cultura política com os cariocas e fazer com que o cidadão comum possa participar efetivamente da construção de políticas públicas”⁸⁸.

As ações concentram-se desde a busca por ética na administração pública à fiscalização quanto ao derramamento de petróleo na bacia de Campos. Quanto ao primeiro, há inclusive um abaixo-assinado requerendo aprovação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de projeto que exija ficha limpa para os cargos da administração municipal. Sobre o tema transparência no Executivo, o *Meu Rio* tem ações de cobrança do Governador para que publique seus gastos durante o mandato⁸⁹.

O site do grupo tem inúmeras funcionalidades, sendo bastante atrativo.

Durante esta pesquisa, o *Meu Rio* estava concentrado em ao menos três campanhas populares:

1. “Veta Dilma: Pelos Royalties do Rio e contra a injustiça”. Após demonstrarem o possível colapso das contas do Rio de Janeiro com a sanção do Projeto de Lei 2565/2011, do Senado, encaminhado à Presidenta da República, há links para encaminhamento de emails para o gabinete pessoal da Presidência, no intuito de fazer pressão pelo veto.
2. “Queremos o fim da dupla função de motorista-cobrador”. O grupo explica as consequências da situação para a segurança no trânsito e do próprio trabalhador, trazendo os projetos que tramitam na Câmara dos Vereadores e na Assembleia

⁸⁷ Mais informações disponíveis em: http://meurio.org.br/paginas/sobre_nos. Acesso em 12 de novembro de 2012.

⁸⁸ Mais informações disponíveis em: http://meurio.org.br/paginas/sobre_nos. Acesso em 12 de novembro de 2012.

⁸⁹ Os caracteres apresentados no texto estavam disponíveis na data do acesso em 14 de novembro de 2012, no portal do movimento, em: <http://meurio.org.br>.

Legislativa do Rio, estabelecendo links para o encaminhamento de emails com cobranças para a Federação de Transportes do Estado, para o Presidente da Câmara Municipal e para o Presidente da Alerj.

3. “Metrô-Rio 24 horas”. “É fato que uma imensa parte da população carioca não aproveita ou sequer conhece a maravilhosa vida cultural que a cidade oferece devido à dificuldade de locomover-se durante a noite sem opções de transporte público adequadas”. Diz o *Meu Rio* ainda que: “não basta adesivar o Metrô com o slogan da ‘Lei Seca’, como na foto. É preciso prover alternativas eficientes no transporte público”.

O site ainda traz notícias da pauta da Câmara Municipal de Vereadores e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, além de audiências públicas.

Não foram encontrados dados estatísticos sobre número de usuários, efetividade das ações realizadas por intermédio do site etc.

3.2.2 Adote um Distrital⁹⁰

Trata-se de iniciativa realizada no Distrito Federal. O projeto *Adote Um Distrital* surgiu em Janeiro de 2011 após escândalos de corrupção envolvendo políticos do DF. Sensibilizado pela grave situação política e pela iniciativa do “Adote Um Vereador” de São Paulo, o Comitê Ficha Limpa do DF lançou o *Adote um Distrital*.

O “Adote” não tem fins lucrativos e não é ligado a nenhum partido político. A coordenação do grupo é feita pelo Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE e pelo Instituto de Fiscalização e Controle – IFC.

O objetivo principal do projeto é fomentar o controle social e promover a eficiência nos gastos públicos. Fiscalizam-se os recursos aplicados pelo Governo do Distrito Federal e as atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Legislativa.

⁹⁰ Mais informações disponíveis no sítio do grupo em: <http://adoteumdistrital.com.br/adote.php>. Acesso em 12 de novembro de 2012.

Embora o nome do grupo denote o objetivo de fiscalização do Legislativo distrital, o “Adote” desenvolve outras ações, como fiscalização das creches, desde o edital de construção até a finalização da obra; fiscalização da Saúde, com o intuito de subsidiar a atuação do Conselho de Saúde do DF, entidades civis organizadas, promover a integração com o poder público e conscientizar a comunidade.

O grupo tem conseguido certa visibilidade no DF pela atuação no combate à corrupção e à busca pela transparência na administração pública, embora suas ações sejam difusas, em vários setores, e não apresentem dados estatísticos de conclusão e evolução das medidas implementadas.

3.2.3 Blog do Planalto⁹¹

O blog é um canal de comunicação com a sociedade. Segundo informações do próprio site, ao explicá-lo:

Estamos aqui para compartilhar com vocês informações sobre o cotidiano da Presidência da República. A equipe do Blog vai acompanhar os eventos, atos e a agenda da Presidenta para que você, seus amigos, familiares e companheiros de navegação na internet possam compreender melhor as ações, programas e políticas do governo.

Nós usamos textos, fotos, vídeos, áudios e infográficos para ilustrar nossas mensagens, sempre buscando a melhor sintonia com o público que está cada vez mais plugado nas novas mídias digitais. Acreditamos que este é apenas um passo para estabelecermos um diálogo cada vez mais próximo e informal entre governo e sociedade⁹².

A navegação pelo sítio é simples, mas há poucos recursos para efetiva participação popular. A interação entre o público e o blog dá-se por meio do email institucional, pelo *twitter* e por meio de algumas enquetes simples disponibilizadas no site. O blog não tem área para comentários, supostamente, pela dificuldade prática para se administrar essa interatividade.

Quanto ao questionamento sobre a necessidade do blog, há informação no site no sentido de que:

O brasileiro está cada vez mais familiarizado com a internet e está entre os que mais acessam sites no mundo. Além dos tradicionais portais de notícias, as redes sociais e

⁹¹ Mais informações em: <http://blog.planalto.gov.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2012.

⁹² Mais detalhes no site: <http://blog.planalto.gov.br/sobre/>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

blogs estão cada vez mais populares. A Presidência da República está apenas se adaptando a essa nova realidade⁹³.

Embora a dificuldade de interação, o blog é mecanismo interessante para o acompanhamento do cotidiano da Presidência da República, recebendo atualizações diárias.

3.2.4 Portal e-cidadania⁹⁴

É o espaço institucional *online* de participação política disponibilizado pelo Senado Federal para que “o cidadão brasileiro possa colaborar de forma mais direta e efetiva com o processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado”, segundo dados do site.

O site está dividido em três seções:

- ***e-Fiscalização***: Espaço destinado ao acompanhamento do orçamento brasileiro, das ações administrativas do Senado.
- ***e-Legislação***: Espaço destinado à proposição de novas leis e alteração da legislação vigente ou projetos em tramitação .
- ***e-Representação***: Espaço destinado à expressão da opinião do cidadão sobre temas de interesse da sociedade e projetos em tramitação.

No e-Legislação, pode-se sugerir um tema, a partir do preenchimento de um formulário. Após o encaminhamento da sugestão, a equipe do portal dispõe de sete dias para avaliar a ideia. Com a aprovação, a ideia legislativa fica disponível para apoio pelo prazo de quatro meses. O apoio consiste em dar apoio a ideias já aprovadas, clicando na proposta, conhecendo o detalhamento e, com preenchimento de campos como nome e email, validar o apoio.

A ideia que receber 20.000 (vinte mil) apoios durante seu prazo de publicidade será remetida, pelo Presidente do Senado, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a fim de ser apreciada pelos Senadores.

⁹³ Outras perguntas e respostas em: <http://blog.planalto.gov.br/perguntas-e-respostas/>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

⁹⁴ O sítio do e-cidadania é: <http://www12.senado.gov.br/ecidadania#>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

Até a data do fechamento desta pesquisa, nenhuma sugestão tinha alcançado os 20.000 apoios para se tornar efetiva proposta a tramitar nas Casas do Congresso. Dentre as sugestões atuais, a que trata de “dispor de 8% de toda a riqueza do pré-sal para salário mínimo” é a que tem o maior número de apoios: 1.518⁹⁵.

O site é interessantíssimo, ainda carecendo da publicidade necessária para que seus mecanismos sejam ampliados, posto que absolutamente pertinentes para gerar mais que **compartilhamento**, mas até mesmo algum tipo de **cooperação**.

3.2.5 Portal e-democracia⁹⁶

A proposta do e-democracia é, por meio da Internet, incentivar a participação da sociedade no debate de temas importantes para o país. O portal foi desenvolvido pela Câmara dos Deputados:

Acreditamos que o envolvimento dos cidadãos na discussão de novas propostas de lei contribui para a formulação de políticas públicas mais realistas e implantáveis. O Portal e-Democracia, desenvolvido pela Câmara dos Deputados, é dividido em dois grandes espaços de participação: as Comunidades Legislativas e o Espaço Livre. No primeiro, você pode participar de debates de temas específicos, normalmente, relacionados a projetos de lei já existentes. Essas Comunidades oferecem diferentes instrumentos de participação e, ainda, orientações quanto ao andamento da matéria no Congresso Nacional. Já no Espaço Livre, você mesmo pode definir o tema da discussão e ser o grande motivador dela. O debate será acompanhado pela equipe e-Democracia e pode vir a se tornar uma Comunidade Legislativa.

Os parlamentares envolvidos com a matéria acompanham as discussões e as consideram para auxiliar suas decisões⁹⁷.

A ferramenta é igualmente interessante. Há fóruns de discussão com temas pré-determinados, mas com possibilidade de criação de novos pelos próprios usuários.

⁹⁵ Informações completas sobre todas as sugestões em: <http://www12.senado.gov.br/ecidadania/principalideia>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

⁹⁶ O sítio da ferramenta é: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/public/principal>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

⁹⁷ Mais informações em: <http://edemocracia.camara.gov.br/o-que-e>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

A interatividade é uma aposta dos organizadores do portal. Inúmeras audiências públicas ocorridas na Câmara dos Deputados propiciaram a participação da sociedade por meio do bate-papo online⁹⁸, embora o número ainda pequeno de participantes.

Recentemente, foi divulgada a possibilidade de o cidadão sugerir emenda ao Orçamento da União, por meio do portal:

Qualquer cidadão poderá apresentar sugestões e emendas ao Projeto da Lei Orçamentária para 2013 (PL 24/12), que estima a receita e fixa a despesa da União para o próximo exercício financeiro. A possibilidade já está aberta por meio do Portal e-Democracia, que mantém uma comunidade virtual sobre o tema, com o objetivo de incentivar a participação popular no Orçamento. Os interessados poderão enviar sugestões até a votação da proposta pela Comissão Mista de Orçamento, que costuma ocorrer em dezembro.

A participação da sociedade civil no Orçamento da União será um dos temas debatidos em audiência pública da Comissão de Orçamento na próxima terça-feira (30), com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Quem quiser participar do debate, inclusive formulando perguntas para a ministra, também poderá fazê-lo por meio de uma página específica do e-Democracia. A audiência interativa, que tem o apoio da Coordenação de Participação Popular da Câmara, está prevista para 14h30, no Plenário 2.

“Estamos fazendo um esforço de criar, cada vez mais, mecanismos que facilitem a interação da sociedade com o trabalho legislativo, e o Orçamento é a lei mais importante do País”, destacou o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

O “e-democracia” resgata idéias válidas para se transformar em uma ferramenta bastante eficaz para o controle social e para o empoderamento dos sujeitos sociais.

Embora os importantes mecanismos acima conhecidos, com sua imensa capacidade informar, há limites a estabelecer laços de cooperação. E aí, enfim, cabe o devido esclarecimento.

O “Movimento Meu Rio” e o “Adote um Distrital” são veículos importantes de informação, tendo seus representantes atuações reais em determinados setores. O grau de envolvimento das populações que se pretendem atingir em torno da ideia ainda é situação a ser investigada, notadamente para que as possibilidades de ação sejam maximizadas.

Os mecanismos do “e-democracia” e do “e-cidadania”, ambos do Poder Legislativo Federal, já possuem contornos para possibilitar até bastante cooperação, mas acabam esbarrando na pouca publicidade dada e no que foi tratado aqui, acerca da exclusão

⁹⁸ Histórico completo em: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/espaco-livre/bate-papo-tv>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

digital ainda presente na sociedade brasileira, embora a inclusão seja um horizonte em construção. Eles acabam competindo com inúmeras redes sociais e mecanismos virtuais outros, não necessariamente ligados à participação política.

Para avançarmos no entendimento, importante o reconhecimento das características do empreendimento em grupo. Posto que ao longo do texto os termos **compartilhamento**, **cooperação** e **ação coletiva** foram bastante utilizados, cabível agora o aprofundamento do estudo deles.

Pode-se pensar no empreendimento em grupo como uma espécie de escada de atividades, as quais são possibilitadas ou melhoradas por ferramentas sociais. Os degraus dessa escada, por ordem de dificuldade, são o compartilhamento, a cooperação e a ação coletiva.

O compartilhamento é a atividade que menos exige dos participantes. “Concedese o máximo de liberdade ao indivíduo que participa ao mesmo tempo em que cria o mínimo de complicações para a vida do grupo”⁹⁹, segundo Shirky. Trata-se de ampliar as vias da liberdade de expressão, somente.

A cooperação é o degrau seguinte da escada. “Cooperar é mais difícil que simplesmente compartilhar porque exige que você mude seu comportamento para sincronizar-se com outras pessoas que estão mudando o delas para sincronizarem-se com você. A cooperação gera identidade de grupo”¹⁰⁰. Como já afirmado, nesse sentido, as ferramentas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal avançam e muito. Nos fóruns, chats ao vivo, e outras, os usuários são estimulados a sincronizar as ideias, muito mais que somente tendo acesso à informação, mas efetivamente participando, embora, frise-se, ainda sejam pouco populares e suas efetividades ainda estejam em teste.

A ação coletiva, o terceiro grau, é o tipo mais difícil de esforço em grupo, “pois requer que um número de pessoas se comprometa a empreender determinado esforço conjunto

⁹⁹ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 46.

¹⁰⁰ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 46.

e a fazê-lo de maneira a tornar a decisão do grupo obrigatória para os membros individuais”¹⁰¹.

Nas redes sociais, e na internet como um todo, encontramos valiosos mecanismos de compartilhamento, mas sem a força necessária para se avançar rumo à cooperação e, ao final, à ação coletiva.

Segundo Shirky,

Talvez a ação coletiva seja mais voltada para protestos do que para a criação porque é simplesmente mais difícil que o compartilhamento ou a colaboração. Isso pelo menos tem um pouco de verdade – é mais difícil empreender uma ação coletiva porque o sucesso depende de todos os participantes¹⁰².

No mesmo sentido, clara é a lição de Keen, ao afirmar que:

O pensamento de grupo é mais disseminado hoje, enquanto lidamos com o excesso de informação disponível e terceirizamos nossas crenças para celebridades, sabichões e amigos do facebook. Em vez de pensar por conta própria, simplesmente citamos o que já foi citado¹⁰³.

A ação coletiva envolve desafios de governança, situação dificilmente verificada nas redes sociais dada a dificuldade de estabelecer uma hierarquia. Difícil seria conhecer até mesmo a abrangência da participação de cada pessoa. Conforme Keen,

No Twitter, por exemplo, apenas 0,05% das pessoas têm mais de 10 mil seguidores, e 22,5% dos usuários são responsáveis por 90% da atividade, o que reflete a estrutura de poder crescentemente desigual de uma economia de atenção na qual a moeda mais valiosa é ser escutado acima do ruído¹⁰⁴.

O empoderamento nas redes, no caso brasileiro, ainda é realidade um pouco distante, pois se trata de processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais, difícil de estabelecer.

Dentro da dinâmica do empreendimento em grupo envolvendo **compartilhamento, cooperação e ação coletiva**, sofisticado é o debate de Kleba e

¹⁰¹ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 47.

¹⁰² SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 263.

¹⁰³ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 60.

¹⁰⁴ KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 85.

Wendausen, que dimensionam o empoderamento¹⁰⁵ em três níveis: **psicológica ou individual; grupal ou organizacional e estrutural ou política.**

Segundo as autoras,

O empoderamento **peçoal** possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível **grupal** desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento **estrutural** favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania¹⁰⁶.

O empoderamento pessoal pode ser relacionado ao compartilhamento tratado por Shirky. A necessidade maior aqui é retirar os obstáculos à livre manifestação do pensamento, concedendo autonomia para que o sujeito amplie sua visão de sociedade e de funcionamento dela.

A cooperação guarda relação com o empoderamento grupal, dada a necessidade de sincronização entre as ideias, entre os objetivos. Aqui a organização surge como foco e o ânimo de pertencimento, ou seja, a identidade com o grupo é fortalecido.

Já o empoderamento estrutural é o que irá consolidar a ação coletiva, com o devido engajamento e comprometimento com o esforço conjunto, dada a corresponsabilização dos indivíduos.

Dentro dessa abordagem, em que nível de empreendimento em grupo estariam hoje as redes sociais? Elas já conseguem nos encaminhar rumo, ao menos, ao empoderamento grupal?

As redes sociais, como espaços da mais ampla liberdade de expressão, têm, de fato, qualificado o processo participativo e, especialmente, empoderado os envolvidos, ao menos psicologicamente?

¹⁰⁵ Retomando a ideia, somente para não se perder a linha de raciocínio, por **empoderamento**, devemos entender o processo de aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais. É o processo de emancipação do indivíduo, gerando apoio mútuo no seio do grupo e viabilizando engajamento e participação social. Os conceitos são baseados nas lições das Professoras Maria Kleba e Agueda Wendausen *in*: KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

¹⁰⁶ KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009, p. 733.

Por meio das redes sociais e da internet, as pessoas renunciam ao estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos?

Os caminhos apontam para uma resposta negativa. Uma comunidade “empoderada é aquela que trabalha em rede, influências políticas, alcança suas metas, desenvolve formas para aumentar sua efetividade etc.”¹⁰⁷ Vimos que os sítios e-democracia e e-cidadania avançam significativamente rumo à cooperação, mas ainda com inúmeras dificuldades. A principal delas trata-se da efetiva participação popular e aceitação dessa nova viabilidade pelos órgãos institucionais, para que não seja mera simbologia.

Frise-se que o empoderamento **estrutural ou político** - que se aproxima da ação coletiva exposta por Shirky -, requer um processo prévio de empoderamento social, uma atmosfera favorável à participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões políticas relevantes. Conforme Kleba e Wendausen, seus parâmetros são os seguintes:

1) uma cultura que permite que o indivíduo se conscientize de que é parte de uma comunidade, ou seja, além da possibilidade de alcançar objetivos pessoais, ele reconhece que toda a comunidade pode ser beneficiada através de um trabalho conjunto que, a partir de interesses e recursos fragmentados e, à primeira vista, contraditórios, resulte na ampliação dos recursos existentes ou na disponibilização de novos recursos; 2) a condição básica do processo de empoderamento é o acesso aos recursos interindividuais e à possibilidade de utilizá-los. Isso requer a disponibilização de informações, ideias e concepções sobre como solucionar problemas, bem como a organização de troca de experiências e pensamentos; 3) a realização de rituais de transformação é importante para a articulação entre os recursos existentes, as pessoas e a comunidade, e possibilita maior valorização das ações coletivas e dos recursos transpessoais assim produzidos¹⁰⁸.

Estamos um pouco longe desses parâmetros. Nossa sociedade é imensamente desigual e fazer com que as pessoas criem espaços dentro de suas agendas para um trabalho conjunto, em prol da comunidade, ainda é tarefa difícil. A identidade com a praça pública ainda precisa ser criada e recriada.

¹⁰⁷ KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009, p. 740.

¹⁰⁸ KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009, p. 741.

A maior parte do conteúdo gerado por usuários não tem nada de “conteúdo” no sentido de ser criado para consumo geral. “Muita coisa criada a cada dia é apenas a matéria comum da vida – mexerico, breves informações, pensamentos em voz alta -, mas agora isso é feito no mesmo meio que material profissionalmente produzido”¹⁰⁹.

Quase tudo que se publica nas redes sociais é público, mas poucos assuntos são de interesse público.

Para empoderarem os cidadãos, os blogs e as redes sociais ainda não são terreno adequado. Até mesmo os mecanismos do e-cidadania e do e-democracia ainda encontram o obstáculo da opinião pública - ou publicada - de descrença nos mecanismos institucionais de mudança, notadamente aqueles estabelecidos no âmbito do Congresso Nacional.

As redes sociais, no caso brasileiro, são apenas espaço da liberdade de expressão, com dimensões grandiosas, em todos os sentidos.

Para frisar: os desdobramentos de tal situação, entretanto, geram mutações indesejadas para a democracia, pois esse novo indivíduo social precisa estar *on-line* para se sentir parte e, de rede em rede, acabamos nos tornando antissociais. No mais, o abandono dos instrumentos democráticos tradicionais aprofunda a crise de representatividade, gerando abalo à crença nas instituições sociais.

Cabe ressaltar, novamente, que pensar em aprimorar a democracia brasileira virtualmente é excluir a maior parcela da população brasileira, ainda sem acesso a mecanismos de tecnologia.

3.3 O Estado Democrático de Direito brasileiro em tempos digitais¹¹⁰

A tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social. Eis a teoria.

¹⁰⁹ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 75.

¹¹⁰ As ideias aqui desenvolvidas foram extraídas de texto produzido pelo autor no âmbito da pós-graduação do IDP *in*: GANDHI, César. **Normas Constitucionais: paradoxos, obstáculos e perspectivas para a efetividade da sua aplicação**. IDP, Brasília. Agosto de 2012.

Entretanto, basta um olhar rápido para se visualizar que o Direito vive uma crise existencial. Ele “não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era”¹¹¹.

A globalização econômica tem sua responsabilidade nesse contexto, pois implicou e ainda implica uma radical mudança no perfil do Estado contemporâneo. A fragilização das estruturas estatais e a perda de sua centralidade exclusivista e superior faz repensar a questão constitucional. As relações já não são mais as mesmas, pois a globalização econômica está substituindo a política pelo mercado, como instância privilegiada de regulação social.

Jorge Miranda, com a sua precisão, tendo por base esse contexto, leciona que,

Parece caber à Constituição, com concretizações variáveis de país para país, estabelecer instrumentos de segurança jurídica e de proteção da confiança em favor dos atingidos pelas mudanças tecnológicas, reforçar as garantias das pessoas no domínio da genética e da informática, instituir fórmulas específicas de proteção ambiental, criar entidades reguladoras independentes e eficazes, enquadrar os fatores corporativos e neocorporativos em órgãos adequados e em esquemas de democracia participativa, redescobrir o território a nível local e regional nos partidos e nas diversas formações sociais, promover formas de participação democrática nas instâncias transnacionais e supranacionais¹¹².

Nesse sentido, a interpretação constitucional não deve cessar. Se não é possível às normas jurídicas preverem ou até mesmo conterem as transformações naturais ocorridas na sociedade – tais como mudanças de ideologias, alteração de valores e avanços tecnológicos -, é necessário ao menos que o sistema constitucional possua mecanismos capazes de acompanharem essas evoluções, cabendo à interpretação constitucional papel relevante.

Nos últimos tempos, lidamos com aceleradas mudanças tecnológicas. Falamos sobre as transformações decorrentes das novas tecnologias. A *Internet* trouxe formas de comunicação inafastáveis do cotidiano de 2012. A própria liberdade de expressão tornou-se amplíssima com os novos canais: *Facebook*, *Twitter*, *Orkut*, *blogs* e outros. Nesse contexto, a preservação do direito de imagem, do direito à intimidade e o próprio controle de conteúdo virtual tornaram-se problemas não só para o direito constitucional.

¹¹¹ BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil *in*: SAMPAIO, José Adércio Leite [org.]. **Constituição e Crise Política** – Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 98.

¹¹² MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição** – Rio de Janeiro: Forense, 2009, p.175.

Ainda, o dimensionamento do Estado, a tarefa de reduzir as desigualdades sociais, enfrentando a pobreza, a violência e outros problemas, trouxeram dificuldades ao Estado-Providência. A mera previsão constitucional de direitos sociais passou a agitar os tribunais em busca da sua efetivação, e daí não é preciso mencionar certo caos.

O jogo político ganha novos cenários, embora as velhas práticas de corrupção estejam presentes. O sistema representativo mostra-se inadequado. O sistema proporcional legitima a eleição de indivíduos desconectados territorialmente de seu espaço legitimador. Volta à tona o debate sobre a reforma eleitoral, o que traz novos dimensionamentos à forma de exercício político. Vale mencionar ainda toda a retórica acerca da ficha limpa para a candidatura a cargos públicos e a questão da retroatividade da lei para alcançar fatos passados. Tanto é que esses fatos recaem sobre a Constituição Federal que o Supremo Tribunal Federal até hoje se volta sobre a constitucionalidade da lei da ficha limpa, a Lei Complementar 135 de 2010.

O dimensionamento da federação com dezenas de ministérios federais, outras inúmeras secretarias estaduais e mais dúzias de secretarias municipais, confunde o cidadão, trazendo até mesmo certa dificuldade de controle social dos atos estatais.

A par disso, alguns outros possíveis obstáculos poderiam ser apontados: a crescente circulação de pessoas e os fenômenos migratórios; a integração em espaços transnacionais e supranacionais; a globalização econômica e da comunicação social; a vulnerabilidade ambiental; a agudização de conflitos com incidência mundial etc. Tudo a esquentar os ânimos do intérprete constitucional.

Tratou-se de analisar com profundidade a verdadeira dimensão das redes sociais no empoderamento dos sujeitos sociais, mas o problema da participação popular resvala em problemas muito maiores que a simples necessidade de ampliá-la na vida real.

Conforme lição de Shirky:

Ainda teremos no próximo ano a maior parte das instituições que tínhamos no passado. Antes, porém, o domínio que elas exerciam sobre a vida pública era insubstituível, em parte porque não havia alternativa ao gerenciamento de esforços em grande escala. Agora que as formas tradicionais enfrentam concorrência, essas

instituições continuarão existindo, mas sua influência sobre a vida moderna declinará à medida que surgirem novas alternativas para a ação grupal¹¹³.

3.4 O (re)encontro do espaço público. A ágora reconstruída

O espaço público é fruto da transição da sociedade civil para a sociedade política, da conversão do indivíduo em cidadão. Este é o domínio da opinião pública, dos meios de comunicação, do debate, dos processos informais e formais de deliberação e de participação política. Foi na esfera pública que se iniciou a aventura humana em busca da liberdade, o embate inacabado entre o despotismo e a civilização¹¹⁴.

As redes sociais, de fato, são ambientes da mais ampla liberdade de expressão. Mas isto, por si só, não quer significar a reconfiguração do espaço público, ainda que pudesse agora ser virtual, com mais engajamento e mais cooperação dos sujeitos sociais no sentido de ampliar as possibilidades de controle social, participar diretamente dos mecanismos públicos de criação de políticas públicas, de tramitação de projetos legislativos etc.

Conforme lição de Zygmunt Bauman,

O aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas; ou, colocando de outra forma, uma vez que não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados¹¹⁵.

Os espaços construídos pelas redes sociais mais parecem com o que Barroso chama de espaço estritamente privado:

Em síntese: o espaço estritamente privado compreende o indivíduo consigo próprio, abrigado em sua consciência (intimidade) ou com sua família, protegido por seu domicílio (privacidade). O espaço privado, mas não reservado, é o do indivíduo em relação com a sociedade, na busca da realização de seus interesses privados, individuais e coletivos. E, por fim, o espaço público é o da relação dos indivíduos

¹¹³ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 24-25.

¹¹⁴ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 62.

¹¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 10.

com o Estado, com o poder político, mediante o controle crítico, a deliberação pública e a participação política¹¹⁶.

Atomização social é o que as redes estão gerando, com milhões de pessoas recolhidas às suas casas, compartilhando de tudo um pouco, menos ação social que privilegie o empoderamento do cidadão, a emancipação da condição de tutelado.

Retomando Bauman, novamente, “o ‘público’ foi despojado de seus conteúdos diferenciais e ficou sem agenda própria – não passa agora de um aglomerado de problemas e preocupações privados”¹¹⁷.

As ferramentas sociais criam o que os economistas chamariam de choque positivo de oferta na quantidade de liberdade existente no mundo:

A velha máxima de que a liberdade de imprensa só existe para os donos dos jornais aponta para a importância da mudança. Falar na internet é publicar, e publicar na internet é conectar-se com os outros. Com o advento da publicação globalmente acessível, liberdade de expressão agora é liberdade de imprensa, e liberdade de imprensa é liberdade de reunião. Naturalmente, as mudanças ocasionadas por novas fontes de liberdade são mais significativas em ambientes menos livres. Sempre que aumentamos a capacidade que um grupo tem de se comunicar internamente, mudamos as coisas de que ele é capaz. O que o grupo faz com esse poder é outra questão¹¹⁸.

Os poderes mais poderosos fluem e flutuam e as decisões mais decisivas são tomadas num espaço distante da ágora ou mesmo fora do espaço público institucionalizado. Poder, política e cidadania tomaram rumos cada vez mais distanciados.

A ideia de mais democracia direta por intermédio dos mecanismos das redes sociais mais se aproxima da ideia de Estado como inimigo: mais organização da sociedade civil, mais controle social, mais articulação dos indivíduos fora das garras do Estado, posto que este já não atende mais as necessidades da população, como se o gigante artificial representasse algo estranho a nós.

¹¹⁶ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 63.

¹¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 71.

¹¹⁸ SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 146.

Mas é sempre importante lembrar que nós somos o Estado. A guerra é contra quem então?

Segundo Mouffe, “a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos”¹¹⁹.

A mesma professora desenvolve o que ela chama de: “modelo de pluralismo agonístico”, que assevera que “a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático”¹²⁰.

E nesse sentido, faltaria atualmente uma esfera pública política democrática, na qual a confrontação agonística poderia acontecer.

A ideia de empoderamento, em seus três níveis, conforme as lições de Kleba e Wendausen¹²¹, traz a dimensão do esforço para o processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação política. A ideia de emancipação congrega tarefas diuturnas e coletivas de superação dos modelos de repressão, desigualdade e inação popular. Empoderar também é resgatar a ideia de legitimidade perene, diferente da ideia de soberania do povo apenas de quatro em quatro anos.

O empoderamento estrutural é o caminho que deve nos perseguir, rumo à participação social na perspectiva da cidadania.

Impossível saber de antemão, os rumos que as redes sociais terão e até mesmo seu futuro papel dentro da concepção de cidadania, de poder e de comunicação. Necessário ressaltar, porém, que até o presente momento, elas têm se apresentado como terreno constituído de uma fina camada de gelo, sem a segurança necessária para possibilitar uma caminhada segura.

¹¹⁹ MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Política e Sociedade. n. 3, out 2003, p. 11-26, p. 14.

¹²⁰ MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Política e Sociedade. n. 3, out 2003, p. 11-26, p. 16.

¹²¹ KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009, p. 733.

O planeta é constituído de situação onde nos extremos as diferenças não param de aumentar. A vida em sociedade é cheia até a borda de receios e de medos, sendo toda análise realista necessária e exigível.

Redes sociais como substitutas da praça pública?

Bem, só as mariposas noturnas consideram a lâmpada doméstica um substituto satisfatório para o sol universal.

CONCLUSÃO

Ao final da costura sociológica e jurídica aqui traçada, temos que considerar que as redes sociais são importantes.

Trata-se de ferramentas com ampla penetrabilidade, ampliando as vias de comunicação para os quatro cantos do mundo. De fato, ter uma televisão não possibilita que o telespectador faça um programa. Já ter um computador com acesso à internet é circunstância que sequer atrai a conceituação do que seja remetente e receptor, pois todos os usuários podem ser agentes, publicando, compartilhando, acessando conteúdos inimagináveis até pouco tempo.

Entretanto, para que as redes sociais e outros mecanismos de compartilhamento possam ser utilizados para o empreendimento em grupo terão que percorrer imenso caminho para a efetiva emancipação dos sujeitos (usuários). E frise-se que redes sociais são empresas multibilionárias, ou seja, também objetivam lucros. Conceber que são elas que irão, de fato, empoderar, os cidadãos, ainda soa inocente, notadamente no caso brasileiro.

Vimos a nossa tradição de pouca participação popular nos mais de 500 anos de história. Não que isso seja uma bola de ferro a aprisionar nosso destino, mas serve para ilustrar nossa tradição de baixa cooperação social.

Nos casos dos “indignados” da Espanha, da “Primavera Árabe”, do *Occupy Wall Street* etc., o que houve foi o escancaramento da revolta popular contra crises financeiras, altos índices de desemprego, ausências de liberdade de expressão e outros. Ou seja, os níveis de vida em sociedade tiveram que chegar ao extremo para que a movimentação popular ocorresse. Mas e o dia a dia? O controle contínuo, para que situações como essas não ocorram? Redes sociais somente para momentos de alta agitação social?

No caso brasileiro, os dados da pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Sociais da fundação Getúlio Vargas serviu para retratar o mapa da crescente inclusão, mas da ainda enorme exclusão digital brasileira. Os Estados do Sul e Sudeste apresentam os maiores índices de conectividade, de pessoas com microcomputador e acesso à internet. Já no Norte e

Nordeste, imensas regiões ainda estão fora do mapa. Alguns municípios, inclusive, têm acesso nulo.

Não bastasse isso, fazer com que as pessoas que estão nas redes sociais deixem de somente procurar amigos, compartilhar fotos pessoais, de postar mexericos vários, para envolver-se efetivamente em alguma esfera de ação política é tarefa hercúlea. E olha que o potencial das ferramentas do *e-democracia* e do *e-cidadania*, das Casas do Poder Legislativo Federal são alentadores.

Atomização social é o que as redes estão gerando, com milhões de pessoas recolhidas às suas casas, compartilhando de tudo um pouco, menos ação social que privilegie o empoderamento do cidadão, a emancipação da condição de tutelado.

Numa outra referência, as redes sociais, no nosso caso brasileiro, sequer conseguem gerar o empoderamento pessoal - de que tratam as Professoras Kleba e Wandausen – pois não emancipam os indivíduos, de forma a aumentar sua autonomia e liberdade. Imagine-se gerar empoderamento estrutural, viabilizando engajamento, corresponsabilidade e participação social na perspectiva da cidadania. Não mesmo, ou ainda não!

Se trazem mecanismos democráticos para além do voto? Bem, as redes sociais e a internet como um todo, possibilitam que o cidadão informe-se amplamente, tenha acesso ao andamento das instituições sociais, possa acompanhar a execução orçamentária de sua cidade, o que já deflagra o processo, ainda que timidamente, do empoderamento pessoal. Entretanto, as redes não nos conduzem a altos riscos, à movimentação com base em objetivos bem direcionados, ações contínuas e organizadas, ao envolvimento no espaço público político efetivo.

Se serão o palco das novas revoluções? Esperamos ao menos que sirvam para ampliar as redes de colaboração, de informação, de liberdade de expressão. Acreditamos que *web* e as redes sociais têm fomentado espaços de tão alta liberdade que dificilmente movimentos de repressão estatal encontrariam espaço para reiniciar processos ditatoriais.

Precisamos, ao invés do *glamour* em torno das inúmeras redes sociais, de mais políticas públicas estatais e de mais controle social popular para uma efetiva democracia

participativa, para que não sejamos livres somente um dia por ano, de quatro em quatro anos, mas sempre, diuturnamente.

A bandeira da democracia direta apresenta seus contornos válidos, mas peca pela demonização do Estado. O Estado somos todos nós. A luta não é contra ele em si, mas contra o Estado clientelista, subversivo. Não se trata de eliminar o poder, mas encontrar formas de compatibilizá-los com os valores democráticos.

Nesse sentido, acreditamos no poder das redes sociais. Elas congregam um espaço da realidade imensamente plural, ampliando os espaços de conversa entre os indivíduos, de efetiva informação.

A internet garante a comunicação livre, mas os conteúdos dessa liberdade dependem dos atores sociais.

Para o futuro: mais democracia participativa sim. Nas ruas, nas escolas, nas praças. E não estamos falando de protestos populares, simplesmente. Mas sim de controle social, políticas públicas de conscientização da população para o envolvimento nos grupos comunitários, nos inúmeros conselhos públicos, enfim, em agrupamentos que privilegiem efetivos caminhos de melhoria dos espaços públicos e na vigilância da Administração Pública.

Comunicação e compartilhamento pelas redes sociais sim. Cooperação e ação coletiva cara a cara, porém. A praça pública nos espera!

REFERÊNCIAS

ADOTE UM DISTRITAL. Site do grupo de controle social candango Adote um Distrital. Disponível em: <http://adoteumdistrital.com.br/adote.php>. Acesso em 12 de novembro de 2012.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas.** Disponível em: <http://www2.ufmg.br/ead/content/download/9702/70543>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo** – 2 ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

_____, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil *in*: SAMPAIO, José Adércio Leite [org.]. **Constituição e Crise Política** – Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política.** Tradução Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna.** Tradução Alexandre Werneck – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOG DA PRESIDÊNCIA. Presidência da República. O blog compartilha informações sobre o cotidiano da Presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/sobre/>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade.** Malheiros Editores Ltda: SP, 2ª edição, 2003.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Apresenta dados sobre telecomunicações, notadamente estatística sobre a ampliação do mercado de TV por assinatura. Disponível em:

<http://www.mc.gov.br/telecomunicacoes/noticias-telecomunicacoes/25469-brasil-alcanca-14-5-milhoes-de-domicilios-com-tv-por-assinatura>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações. Apresenta dados sobre a teledensidade de aparelhos celulares no Brasil. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

CARTACAPITAL. Reportagem da jornalista Paula Thomaz sobre a Islândia e sua reforma constitucional. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-islandia-prepara-nova-constituicao-via-facebook/>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer, atualização para 6ª edição/; Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CONFINAMEDIA. Apresenta dados sobre o movimento Occupy Wall Street. Disponível em: <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/not-690-movimentooccupywallstreetnasredessociais.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade** – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005.

DN GLOBO. Diário de notícias internacionais. Apresenta informação quanto à aprovação do plebiscito para a reforma da Constituição islandesa. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2838637&seccao=Europa&page=1. Acesso em 15 de novembro de 2012.

FOLHA ONLINE. Apresenta dados sobre informática. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Mapa da Inclusão Digital**. Coordenação Marcelo Neri. – Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

GLADWELL, Malcolm. Folha Online. **A revolução não será tuitada. Os limites do ativismo político nas redes sociais**. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1212201004.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que a redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução Alexandre Martins. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

MANCHETE ONLINE. Apresenta informação sobre a cobertura do julgamento do mensalão. Disponível em: <http://www.mancheteonline.com.br/populares-protestam-em-frente-ao-stf-no-primeiro-dia-de-julgamento-do-mensalao/>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

MEU RIO. Sítio do movimento carioca Meu Rio. Disponível em: http://meurio.org.br/paginas/sobre_nos. Acesso em 12 de novembro de 2012.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição** – Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Política e Sociedade. n. 3, out 2003, p. 11-26.

OPERAMUNDI. Portal UOL. Apresenta informações sobre a Primavera Árabe e a relação com as redes sociais. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

PORTAL E-CIDADANIA. Senado Federal. Apresenta ferramentas de controle social, ampliando as possibilidades de participação popular. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/ecidadania>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

PORTAL E-DEMOCRACIA. Câmara dos Deputados. O site traz mecanismos para possibilitar “participação virtual, cidadania real”. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

PORTAL G1. Apresenta entrevista completa com Milton Coleman, durante evento da SIP. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2012/10/internet-e-redes-sociais-vaio-liderar-midia-do-futuro-diz-presidente-da-sip.html>. Acesso em 13 de outubro de 2012.

PORTAL TROPICALINE. Apresenta informações sobre o 15-M - o Movimento dos Indignados na Europa. Disponível em: <http://tropicaline.wordpress.com/2012/05/>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

REVISTA EXAME. Editora Abril. Apresenta dados sobre os usuários do facebook. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/midias-sociais/2012/07/31/usuario-do-facebook-nao-escolhe-mais-dia-nem-hora/>. Acesso em 18 de setembro de 2012.

REVISTA UNIVERSITÁRIA DO AUDIOVISUAL – RUA. Universidade Federal de São Carlos. **Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista**. 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=2538>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo – Companhia da Letras: 2000.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA. Apresenta detalhes sobre a organização, suas principais realizações e eventos. Disponível em: <http://www.sipsaopaulo.com.br/programacao/>. Acesso em 12 de outubro de 2012.

STIGLITZ, Joseph. **Um Nobel de Economia explica Occupy Wall Street**. Disponível em <http://www.outraspalavras.net/2011/11/08/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

UNITED NATIONS. General Assembly. Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue**. 16 May 2011. http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.